AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 04 | ABRIL 2016 | R$ 15,00

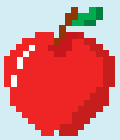
ISSN 0100-4298

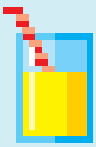
FGV EESP CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

OPORTUNIDADE NA CRISE

O FUTURO É PROMISSOR PARA A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO BRASIL

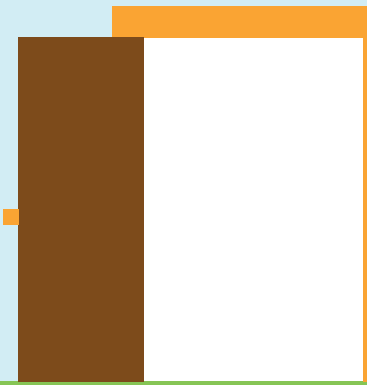












CARNE O JOGO DE BRAÇO ENTRE PECUARISTAS E FRIGORÍFICOS

PAP 2016/17 O DEBATE SOBRE O PRÓXIMO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

SETOR SUCROALCOOLEIRO SAIBA O QUE ESPERAR PARA 2016

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

SITUAÇÃO POLÍTICA CONFUSA, MAS COM ALGUNS INDICADORES SINALIZADOS

POUCAS VEZES nos últimos 35 anos, pelo menos, o Brasil passou por uma situação político-institucional tão complicada, insegura e volátil como a atual. O Executivo não governa de fato. O futuro político do País será decidido em, no máximo, noventa dias (pode ser bem antes) pelos poderes Judiciário e Legislativo.

É muito difícil acertar o que acontecerá. Por isso mesmo, a ***Agroanalysis*** prefere sugerir medidas aos produtores. Se, por um lado, a incerteza pede cautela, por outro, algumas coisas parecem certas: não vai faltar crédito (apesar de o custo poder aumentar), a taxa básica de juros (Selic) não subirá mais, a inflação de 2016 ficará próxima dos 8% e o dólar não ficará abaixo de R$ 3,60 – o Banco Central está deixando isso claro –, nem acima de R$ 4,10. Façam seu jogo.

Esperava-se que o ano de 2015 fosse marcado por um período de correção de rumo e de ajustes, eliminando os excessos da aposta anterior. Nesse cenário, esperava-se, inicialmente, uma recessão suave e o controle da inflação. O que se verificou, no entanto, foi uma recessão muito mais profunda, a inflação distanciou-se ainda mais do centro da meta e o Governo "queimou as últimas fichas" em termos de política econômica que poderiam ter invertido a situação no ano passado. Como resultado, o cenário econômico delineado nos primeiros meses de 2016 se tornou sombrio e incerto.

Se não fosse o desempenho positivo do agronegócio, o contexto seria ainda pior. No entanto, existem variáveis negativas para o setor que devem ser consideradas: com algumas exceções, como no caso do açúcar, os preços internacionais das *commodities* agrícolas sofreram queda; houve quebras de safra em algumas regiões do País; e é baixa a perspectiva de uma redução das taxas de juros do crédito agrícola. Com a diminuição dos recursos captados pelos depósitos à vista e da poupança rural, a saída será intensificar a oferta de recursos para financiar o custeio da safra agrícola com fontes dos títulos privados do agronegócio – como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Apesar de as taxas de juros destas operações serem mais elevadas do que as controladas no crédito rural, essa é a tendência dos financiamentos para o campo.

A indústria brasileira é um dos setores que mais está sofrendo com a crise econômica, no entanto o segmento industrial de produtos alimentícios tem sido atingido com menor intensidade. Além disso, há diversos fatores estruturais – ou seja, difíceis de serem revertidos – que conferem uma perspectiva positiva para este segmento: a mudança ocorrida nos hábitos da população, com perfil de consumo mais diversificado e sofisticado (como congelados, embutidos, massas prontas etc.); o forte aumento no consumo de alimentos e pratos prontos; a disponibilidade, no País, de matérias-primas para a indústria alimentícia, provenientes do nosso próprio agronegócio; o estabelecimento de um novo patamar de equilíbrio do câmbio, o que torna nossa economia mais competitiva; e a perspectiva de crescimento da população e da renda mundial.

A queda de braço marca o clima de tensão entre pecuaristas e frigoríficos na bovinocultura brasileira. Com margem historicamente apertada, diante da dificuldade de repassar para o consumidor, com renda retraída pela crise econômica do País, o aumento dos custos operacionais, a indústria busca um caminho para melhorar seus resultados. Sobrou para a parte da oferta da matéria-prima. No início de março, o mercado presenciou uma forte queda na cotação do boi gordo que não foi seguida por um movimento na oferta. A principal suposição levantada está relacionada a uma estratégia da indústria frigorífica para forçar a derrubada da cotação do boi, a fim de recompor sua margem.

Mais uma vez, a indústria de cana-de-açúcar optou por um *mix* de produção mais alcooleiro na safra 2015/16, motivada, principalmente, pela necessidade de geração de caixa e pelo fato de o etanol hidratado oferecer mais liquidez comercial do que o etanol anidro e o açúcar – o consumidor tem dado preferência ao etanol hidratado no momento de abastecer o seu veículo. No segundo semestre de 2015, os preços do açúcar e do etanol ao produtor reagiram, como reflexo de uma demanda aquecida e da perspectiva de déficit no mercado mundial de açúcar. Segundo estimativa, a relação estoque-consumo de açúcar deverá cair de 48,7%, em 2015, para 45,4%, em 2016, e para 40,4%, em 2017, o que aumenta o ânimo do mercado.

No caderno especial do mês, tem-se uma análise da agropecuária do estado de São Paulo diante dos desafios e das oportunidades decorrentes das mudanças em curso das explorações rurais neste começo de século. A indústria de cana-de-açúcar representa o grande carro-chefe do agronegócio. Mas, ao mesmo tempo, há uma diversidade econômica das atividades rurais, com mais de três dezenas de produções em posições de liderança no País. É uma fonte formidável para o desenvolvimento de cadeias produtivas, com geração de renda, emprego e uma série de benefícios indiretos. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
RENATO PORTO
NÃO APROVEITAR A SITUAÇÃO FAVORÁVEL DA INDÚSTRIA DE DEFENSIVOS É UM ENORME RISCO PARA O AGRONEGÓCIO

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
DETERIORAÇÃO DE EXPECTATIVAS

14 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA OPORTUNIDADE NA CRISE
A FORÇA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

23 LARANJA
O SUCO ESTÁ NA REDE

24 CAPA AÇÚCAR E ETANOL
O QUE ESPERAR EM 2016

26 CAPA CARNE BOVINA
JOGO DE BRAÇO ENTRE PECUARISTAS E FRIGORÍFICOS

28 GESTÃO

28 CRIATIVIDADE E OUSADIA
A EXIGÊNCIA DA AGRICULTURA

30 CONTEÚDO ESPECIAL

30 CAPA FPA
PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2016/17

34 ESPECIAL
AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

42 SINDIVEG
BALANÇO 2015

44 CETIP
DIVERSIFICAÇÃO NO FINANCIAMENTO DO CAMPO

45 ANDEF
A CIÊNCIA SOB ATAQUE

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
AINDA NA LIDERANÇA

47 PRODUZIR
IMPLEMENTAR METAS DO CLIMA VAI VALORIZAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

48 OPINIÃO
O AVANÇO DOS "BIOLÓGICOS"

49 REFLEXÃO
VENTO LESTE

50 ESTATÍSTICA

NÃO APROVEITAR A SITUAÇÃO FAVORÁVEL DA INDÚSTRIA DE DEFENSIVOS É UM ENORME RISCO PARA O AGRONEGÓCIO

RENATO PORTO
DIRETOR DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)
POR PAULO ROQUE



Atualmente, 2.500 petições para registro e liberação de produtos aguardam a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Renato Porto, diretor do órgão, diz que a Anvisa está mapeando os fluxos de análise dos processos de registro de produtos para identificar os gargalos e reduzir os prazos de análise. Destaca que, "de acordo com levantamento já realizado, a redução seria de até 30% da fila de análise de alguns tipos de pleito".

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA), do descobrimento de uma nova molécula até o lançamento do produto, tem-se, em média, cerca de sete anos. O Brasil conta com uma vantagem comparativa de base, que é a pujança do mercado agrícola doméstico. Na opinião da entidade, não aproveitá-la como base de sustentação de uma indústria própria de defensivos pode redundar em efeito diametralmente oposto: um enorme risco para o agronegócio brasileiro.

De acordo com Renato Porto, todas as decisões regulatórias da Anvisa devem ser "baseadas no conhecimento científico e na legislação vigente. Todo trabalho que está sendo realizado nesse sentido vem ao encontro da necessidade de protegermos a saúde pública".

AGROANALYSIS: COMO AVALIAR A RECENTE CONSULTA PÚBLICA DA ANVISA E OS ATOS REGULADORES SOBRE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS?

RENATO PORTO: O processo de reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agrotóxicos com indícios de alteração quanto aos riscos à saúde humana da Anvisa conta com várias etapas, como:

- Publicação de Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa colocando o ingrediente ativo em reavaliação, com descrição dos aspectos toxicológicos relacionados à saúde que motivaram esta reavaliação;

- Manifestação de interesse das empresas registrantes no ingrediente ativo e protocolo dos estudos toxicológicos;

- Análise dos estudos toxicológicos, elaboração de parecer técnico de reavaliação pela Anvisa, com apoio de instituição científica, e de proposta de RDC contemplando as conclusões da análise inicial de reavaliação;

- Consulta pública sobre a proposta de RDC e sobre o parecer técnico de reavaliação inicial, para manifestação da sociedade;

- Compilação e análise das contribuições à consulta pública e elaboração de parecer técnico final de reavaliação pela Anvisa;

- Discussão dos resultados da reavaliação realizada pela Anvisa com os demais órgãos envolvidos na regulamentação de agrotóxicos no Brasil – o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) –, durante a reunião da Comissão de Reavaliação;

- Decisão final da Diretoria Colegiada da Anvisa sobre as medidas decorrentes da reavaliação do ingrediente ativo, por publicação de RDC no Diário Oficial da União.

Portanto, a consulta pública é uma das etapas do processo de reavaliação de um agrotóxico pela Anvisa. Seu objetivo é obter subsídios técnico-científicos e informações da sociedade para o processo de tomadas de decisão por parte da Agência. Maiores informações sobre o processo de consulta pública podem ser acessadas no portal da Anvisa: http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/regulacao+sanitaria/Assuntos+de+interesse/Consultas+Publicas/Assuntos+de+interesse/Processo+de+Consulta+Publica.

> “ENCONTRAR UM CAMINHO NATURAL É UM DESAFIO DENTRO DESSE PROCESSO TÃO COMPLEXO QUE É A AVALIAÇÃO DE PRODUTOS AGROTÓXICOS.”

QUAL É O OBJETIVO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS DA ÁREA DE AGROTÓXICOS?

RP: A partir do segundo semestre de 2015, foram levantados os problemas relevantes da área junto aos principais *stakeholder*s, internos e externos, envolvidos no processo de registro de agrotóxicos. A partir deste levantamento, uma série de iniciativas foi realizada para dar maior transparência sobre as filas de petições que aguardam análise pela Agência e o tempo médio de análise por tipo de petição. Além disso, uma alteração da estrutura organizacional da área foi promovida, a fim de organizar os processos de trabalho.

COM 2.500 PETIÇÕES, COMO REDUZIR AS FILAS PARA ANÁLISE E REGISTRO DE PRODUTOS?

RP: A Anvisa está mapeando os fluxos de análise dos processos de registro de produtos para identificar os gargalos e reduzir os prazos de análise. A Agência trabalha, também, em uma proposta de normativa para o procedimento simplificado da avaliação toxicológica nos processos de registro e pós-registro. De acordo com levantamento já realizado, a redução seria de até 30% da fila de análise de alguns tipos de pleito.

Trabalhamos para viabilizar a implementação da gestão eletrônica de documentos, com a criação de um sistema integrado por agentes de governo responsáveis pela avaliação de agrotóxicos. Com isso, poderemos dirimir as dificuldades de comunicação, análise e decisão dos processos.

Existem, ainda, iniciativas relacionadas à rastreabilidade, à gestão e à otimização dos recursos humanos. Podemos dar como exemplo as ações para o fortalecimento das decisões, baseadas no racional técnico evidenciado e previsto nas normativas. Procuramos sempre estimular a participação dos servidores nas ações de melhoria dos processos de trabalho. Além destas, podemos citar outras ações, como a divulgação das orientações, das notas técnicas e dos manuais; a publicação de guias; o fortalecimento das reuniões; e a proposição de medidas para evitar a repetição e a execução da mesma ação.

O TERMO DE CORRESPONSABILIDADE PODERÁ QUEBRAR A LENTIDÃO DESSE PROCESSO?

RP: Se usado em conjunto com outras ações, o termo é mais uma iniciativa que permite aumentar o conhecimento sobre o processo, tanto pela Anvisa, quanto pela empresa. Ele ajuda a harmonizar informações e fortalecer o aspecto técnico, reduzir o tempo de análise e diminuir o número de petições reprovadas, além de auxiliar a comissão de recursos e a Diretoria nas decisões dos recursos administrativos.

> “A AVALIAÇÃO TÉCNICA, NO FUNDO, AJUDA A FORTALECER O PROCESSO, A ORGANIZAÇÃO E A TOMADA DE DECISÃO.”

EXISTE UM CAMINHO MAIS NATURAL PARA O REGISTRO DE PRODUTOS?

RP: As decisões regulatórias da Anvisa devem ser baseadas no conhecimento científico e na legislação vigente. Todo trabalho que está sendo realizado nesse sentido vem ao encontro da necessidade de protegermos a saúde pública. Encontrar um caminho natural é um desafio dentro desse processo tão complexo que é a avaliação de produtos agrotóxicos.

ESTAMOS LONGE DO SISTEMA GLOBALMENTE HARMONIZADO DE CLASSIFICAÇÃO E ROTULAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS (GHS)?

RP: A convergência regulatória é um dos pilares do processo de otimização e simplificação dos procedimentos. A implementação do GHS é um dos objetivos almejados nesse processo e está sendo discutido no âmbito da Agência dentro da iniciativa apresentada à sociedade por meio da Consulta Pública nº 87/2015.

COMO PROPOSTA INOVADORA PARA O SETOR, É OPORTUNO O PLANO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA?

RP: Sim, pois é uma forma de a empresa detentora do registro materializar a sua capacidade de fazer uma autoavaliação do processo. A abordagem leva em conta todos os critérios e os documentos previstos no arcabouço regulatório específico e vigente. É a realização de uma análise crítica de todos os aspectos relevantes considerados na avaliação da Anvisa. Desta forma, a empresa fica assegurada da realização e da aprovação dos critérios e dos documentos apresentados para a autoridade sanitária, de modo a cumprir os parâmetros de segurança do produto. A avaliação técnica, no fundo, ajuda a fortalecer o processo, a organização e a tomada de decisão.



A SUA EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE MEDICAMENTOS PODE TRAZER NOVAS REFERÊNCIAS NA DEFESA SANITÁRIA DA AGROPECUÁRIA?

RP: Obviamente, a experiência adquirida na Anvisa, após passar por algumas áreas, especialmente a de medicamentos, contribui para a velocidade de implementação dessas mudanças. Como a equipe técnica da Agência é excelente, agora cabe entrar no processo de gestão, levando as experiências praticadas em outras áreas da Agência, algumas de bastante sucesso. Os resultados não vêm imediatamente, mas acreditamos que o caminho a seguir hoje está mais alinhado. Este trajeto, sem dúvida, levará a uma maior eficiência da área, além de um aprimoramento do controle sanitário dos agrotóxicos. ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"O uso da agricultura de precisão é economicamente mais vantajoso se implantado onde há maior diferença de fertilidade na lavoura. No entanto, não se pode afirmar que a prática reduz o uso de insumos ou aumenta a produtividade das culturas sempre."

CINTHIA DA COSTA, pesquisadora da Embrapa Instrumentação, que estuda um dos ramos mais disseminados dessa tecnologia no Brasil, o de aplicação de fertilizantes

"O agro contribuiu para um superávit de US$ 5,76 bilhões na balança comercial brasileira, enquanto os outros setores continuaram com déficit."

TATIANA PALERMO, secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

"Como os preços das *commodities* caíram no mercado internacional, o agricultor precisa ter segurança e tranquilidade para negociar seu produto em uma melhor época."

ANDRÉ NASSAR, secretário de Política Agrícola do MAPA

"Há vagas no campo, há incremento de renda no campo para quem aposta neste setor, há qualidade de vida no campo."

RUI PRADO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)

"Um dos nossos objetivos é fazer com que a população brasileira passe a enxergar a cadeia produtiva do cavalo como uma das mais complexas do sistema do agronegócio brasileiro e que representa um PIB de R$ 16 bilhões."

UBALDINO DANTAS MACHADO, presidente do Centro Nacional de Inovação, Pesquisa e Extensão Rural, Equídeos e Agronegócios (CNIPEA)

"Este desempenho positivo do agro representa apenas a metade da média de crescimento dos últimos vinte anos, refletindo os efeitos da crise econômica sobre todas as cadeias produtivas da agricultura e da pecuária. O setor primário é o que mais resiste à crise, mas também é afetado."

JOSÉ ZEFERINO PEDROZO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), ao comentar sobre o resultado positivo do PIB agropecuário no ano passado



SENADORAKATIAABREU.COM.BR

"**Precisamos melhorar a agregação de valor na nossa exportação de soja. O que atrapalha muito é a variação do ICMS no Brasil. Ninguém quer importar imposto.**"

KÁTIA ABREU, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

"O combate às larvas dos mosquitos [*Aedes aegypti*] pode ser realizado com sucesso por meio da aplicação de biolarvicidas à base da bactéria *Bacillus thuringiensis* var. *israelensis* (Bti). A Embrapa e empresas parceiras já desenvolveram dois destes bioinseticidas, que são eficazes no controle das larvas sem causar danos a humanos e animais."

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no artigo "O aprendizado da agricultura no combate ao *Aedes aegypti*", publicado no Correio Braziliense

DETERIORAÇÃO DE EXPECTATIVAS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O BRASIL enfrenta um duro processo recessivo neste momento. Essa dinâmica é derivada, em grande medida, da falência do modelo de crescimento que o Governo adotou desde o final da década passada, centrado basicamente em três eixos: (i) expansão do consumo das famílias via crédito; (ii) aumento dos gastos do Governo, com deterioração paulatina das contas públicas; e (iii) moeda apreciada (que contribuiu para o controle da inflação e para suplementar a oferta doméstica via importações). Estes três fatores contribuíram para expandir a demanda agregada por um bom tempo sem a formação de pressões inflacionárias significativas. O modelo começou a dar sinais de desgaste em fins de 2013, mas o Governo insistiu na estratégia no ano seguinte. Esse fenômeno criou o conjunto de elementos macroeconômicos que ditaram a queda do PIB no ano passado: a) excesso de endividamento das famílias; b) desajuste das contas públicas; e c) depreciação da moeda, o que contribui para a alta da inflação no Brasil.

Esperava-se que o ano de 2015 fosse marcado por um período de correção de rumo e de ajustes, eliminando os excessos da aposta anterior. Nesse cenário, contemplava-se, inicialmente, uma recessão suave e controle da inflação, redirecionando sua trajetória para o centro da meta, de 4,5%. O que se verificou, no entanto, foi algo bem diverso do esperado. A recessão foi muito mais profunda, a inflação distanciou-se ainda mais do centro da meta e o Governo "queimou as últimas fichas" em termos de política econômica que poderiam ter invertido a situação no ano passado.

Como resultado, o cenário econômico delineado nos primeiros meses de 2016 tornou-se profundamente sombrio. Um novo elemento, que já era presente no ano passado, ganhou força e contribui para a dinâmica recessiva. Além dos fatores já mencionados, a deterioração das expectativas dos agentes econômicos quanto ao ambiente econômico, em um contexto recessivo que parece não ter fim, contribui para uma piora nesse cenário.

Nesse sentido, o ambiente recessivo retroalimenta-se neste momento na economia brasileira em face da deterioração das expectativas quanto aos ambientes político e macroeconômico. A ausência de sinais concretos de uma inversão no cenário macroeconômico contribui para tornar o ambiente econômico cada vez mais deletério, levando a uma retração progressiva do consumo das famílias e dos investimentos produtivos. Esse fenômeno apenas aprofunda mais a recessão.

A atual dinâmica começa a ganhar dimensões econômicas mais preocupantes neste momento. Em meio às notícias divulgadas, dominadas pela política, passou praticamente despercebida a divulgação do resultado da arrecadação federal de fevereiro de 2016. Em fevereiro último, o governo federal arrecadou R$ 87,8 bilhões, o que representa uma queda nominal de 2,4% em relação ao valor do mesmo mês de 2015, que foi de R$ 90,0 bilhões. Em termos reais, corrigindo pelo IPCA acumulado em doze meses, isso representou uma queda de 11,5% na arrecadação. No primeiro bimestre do ano, a queda real foi de 7,9% quando comparada à arrecadação do mesmo período de 2015.

Claramente, esse fenômeno está associado à retração da atividade econômica no período. Como o PIB está em queda livre, a arrecadação do Governo cai cada vez mais e o resultado tende a piorar ao longo do ano. Essa dinâmica, em um contexto onde o Governo não tem qualquer desejo ou capacidade de conter gastos, levará a uma clara ampliação do déficit público nos próximos meses.

O financiamento deste déficit traduzir-se-á em uma acentuada expansão da dívida pública interna brasileira neste ano e obrigará o Tesouro Nacional a se financiar recorrentemente no mercado. Se essa mecânica perdurar e não for rompida no médio prazo, pode levar a uma trajetória explosiva da dívida pública, o que forçará a duas saídas possíveis: moratória da dívida pública (improvável) ou monetização da mesma (mais provável), com aumento da inflação.

O caos econômico precisa ter fim mais adiante. As consequências de um processo prolongado, como o que o Brasil experimenta atualmente, não se limitarão apenas à queda da renda e ao aumento do desemprego. ■

ISTOCKPHOTO



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

UNIÃO EUROPEIA ADIA VOTAÇÃO SOBRE UTILIZAÇÃO DO GLIFOSATO

Componente principal do Roundup, comercializado pela Monsanto desde a década de 1970 em todo o mundo, o glifosato sofre sérias críticas de ambientalistas e entidades que advogam pela saúde pública. Apesar destes questionamentos, o produto tem seu uso liberado na União Europeia, notória pelo rigor com que avalia riscos de contaminação por defensivos sobre a saúde humana. A votação sobre a renovação por mais quinze anos da licença de uso do produto, que expira em junho, deveria ter ocorrido em 7 março, mas foi adiada pela falta de consenso acerca das evidências científicas apresentadas. Diferentes agências da Comissão Europeia discordam quanto aos riscos de usar o produto.

AUMENTO DA MISTURA DE BIODIESEL

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 3.834/15, que aumenta gradativamente o percentual de biodiesel no diesel vendido no Brasil, atualmente em 7%. A proposta beneficia especialmente os produtores e a indústria de óleo de soja – a principal matéria-prima para a produção de biodiesel. Pelo projeto, a mistura subirá para 8% após um ano da edição da lei, para 9% em até 24 meses depois da aprovação e para 10% após 36 meses, até chegar a 15%. Em 2015, o País produziu e importou, respectivamente, 57,2 bilhões e 6,8 milhões de litros de diesel.

BRASIL: VENDA DE DIESEL E BIODIESEL
(MILHÕES DE LITROS)

ANO	DIESEL	BIODIESEL
2010	49.239	2.386
2011	51.782	2.672
2012	55.900	2.762
2013	58.571	2.929
2014	60.032	3.410
2015	57.211	4.005

Fonte: ANP

PRESSÃO NA COMPRA DE CANA-DE-AÇÚCAR

BRASIL: VENDA DE GASOLINA C E ETANOL
(BILHÕES DE LITROS)

ANO	GASOLINA C (ETANOL ANIDRO ADICIONADO)	ETANOL (ANIDRO E HIDRATADO)
2010	29.844	22.162
2011	35.452	19.101
2012	39.698	17.790
2013	41.428	21.441
2014	44.364	24.085
2015	41.137	28.796

Fonte: ANP

O levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) indicou uma queda no consumo total de combustíveis em 2015, na comparação com o ano anterior. A queda foi puxada pelo fraco desempenho da economia. Tanto as vendas de gasolina como de diesel recuaram. Já o consumo de etanol cresceu em função do seu aumento na mistura (de 25% para 27%), dos reajustes dos preços na gasolina, da volta da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre os derivados de petróleo e das políticas estaduais de redução de impostos do etanol. Para este ano, o quadro está indefinido, pois há maior concorrência pela matéria-prima na produção de açúcar.

43 ANOS DA EMBRAPA

Com base no seu histórico e na crença de um futuro promissor, a ***Agroanalysis*** cumprimenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pela comemoração, neste mês, de 43 anos de um trabalho fecundo em prol do agronegócio brasileiro. A Revista recebe a contribuição assídua de seus profissionais com textos e conteúdos de alta qualidade. Para o tempo que há de vir, não há como vislumbrar a figura dessa entidade respeitada no mundo inteiro na projeção da agropecuária tropical.

AGRICULTURA.GOV.BR



CERTIFICADO DE ZONA LIVRE DA PESTE SUÍNA

Quatorze estados e o Distrito Federal estão a um passo de receber o certificado de zona livre da peste suína clássica (PSC). O pedido irá para a assembleia da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) para votação em final de maio. Os últimos casos foram registrados no Brasil em agosto de 2009, no Amapá, no Pará e no Rio Grande do Norte. Atualmente, apenas dois estados já têm o certificado de zona livre da PSC: Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde estão 99% das indústrias processadoras de carne suína.

REGISTRO DE PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL

Dentre as medidas do seu processo de desburocratização, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) autorizou a concessão automática do registro dos produtos de origem animal (carnes, mel, ovos, pescados e derivados) com regulamentos técnicos específicos. A novidade engloba o registro instantâneo do rótulo, a composição e o processo de fabricação do alimento. Como aprova entre 30 e 35 mil produtos por ano, o MAPA fica com mais tempo para se dedicar à fiscalização. Destinado a atender as empresas do setor agropecuário vinculadas ao Serviço de Inspeção Federal (SIF), o sistema será desenvolvido em noventa dias.



ISTOCKPHOTO

CRONOGRAMA DO SEGURO RURAL

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou o cronograma de liberação dos recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), conforme decisão do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), para vigorar durante o período próximo de junho a novembro. Este anúncio era feito em conjunto com o Plano Agrícola e Pecuário (PAP). "A iniciativa de antecipar a notícia sobre os valores do seguro visa ajudar o produtor a tomar a decisão no período certo, anterior ao plantio e à colheita", afirmou Kátia Abreu, ministra do MAPA.

PSR: CALENDÁRIO DA SUBVENÇÃO EM 2016
(R$ MILHÕES)

MÊS	CULTURAS	FRUTAS	OUTROS
Junho: grupo 1	158	–	–
Julho: grupo 3	32	5	4
Agosto: grupos 2 e 3	30	5	4
Setembro: grupos 2 e 3	30	10	4
Outubro: grupos 2 e 3	30	30	4
Novembro: grupos 2 e 3	20	30	4

Grupo 1: milho 2ª safra, trigo, aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e triticale
Grupo 2: algodão, amendoim, arroz, fava, feijão, girassol, milho 1ª safra e sorgo
Grupo 3: café, cana-de-açúcar, soja, olerícolas, pecuária, floresta e aquicultura
Fonte: MAPA

CARNE BOVINA *IN NATURA* NOS EUA

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos devem concluir, ainda neste primeiro semestre, a abertura recíproca de mercados à carne bovina resfriada e congelada. A solicitação brasileira foi feita em 1999. Do consumo mundial, de 56,4 milhões de toneladas, os norte-americanos demandam 11,4 milhões. Em 2015, o País produziu 10,9 milhões de toneladas. Pelo fato de possuir alto teor de gordura, a sua carne não é adequada para ser consumida como carne moída no hambúrguer, ao contrário da brasileira.

BRASIL: ESTADOS AUTORIZADOS A EXPORTAR PARA OS EUA

Bahia	Minas Gerais	São Paulo
Espírito Santo	Paraná	Sergipe
Goiás	Rio de Janeiro	Tocantins
Mato Grosso	Rio Grande do Sul	Distrito Federal
Mato Grosso do Sul	Rondônia	



ISTOCKPHOTO

ENCONTRO COM O PAI DO *AGRIBUSINESS*



O Dr. Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), esteve em solenidade em Harvard, no final de março, e se reuniu com Ray Goldberg, "pai" do conceito de *agribusiness*, no gabinete do ilustre mestre. Goldberg, inspirador da criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) sob o comando de Ney Bittencourt de Araújo, está com 89 anos, lúcido e ativo e vai todos os dias trabalhar na Escola de Negócios de Harvard. O tema da longa e prazerosa conversa foram a economia brasileira e a do agronegócio.

35 PRAGAS NOVAS NO BRASIL

De 2005 para cá, 35 pragas novas foram identificadas nas culturas brasileiras. Recentemente, apareceram três espécies inéditas: *Helicoverpa punctigera*, no Ceará; mosca-da-haste-da-soja, no Rio Grande do Sul; e *Amaranthus palmeri*, no Mato Grasso do Sul. No caso desta última, a falta de controle pode levar a perdas de 80% a 90% nas lavouras infestadas.

CONTENCIOSO CONTRA A TAILÂNDIA NO AÇÚCAR



A Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizou o Brasil a abrir uma ação contra os subsídios da Tailândia ao setor sucroenergético. Brasil e Tailândia são os dois maiores exportadores mundiais de açúcar, com produção, respectivamente, de 30 e 11 milhões de toneladas no ano passado. O Brasil acusa a elevação do valor pago por tonelada de cana para 160 bahts (US$ 4,50). O incentivo é válido para cerca de 300 mil produtores e envolve 103,67 milhões de toneladas. Isso acarreta um gasto de 16,59 bilhões de bahts (US$ 466,79 milhões).

REMINERALIZADORES NA AGRICULTURA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) normatizou a produção, o registro e o comércio dos remineralizadores, conhecidos popularmente como "pó de rocha". O produto melhora as qualidades física e química do solo. Sua diferença em relação aos fertilizantes comuns está na solubilidade e na concentração. Para os produtores, representa uma opção para recuperar a fertilidade do solo, assim como o calcário e os fertilizantes minerais. Como são abundantes no território nacional, com fácil exploração e logística de distribuição, possuem baixo custo de aquisição: de R$ 200.000 a R$ 300.000 por tonelada, de acordo com a taxa de aplicação e o frete. Essa é uma antiga demanda da produção orgânica não usuária de fertilizantes minerais.



O CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio – é uma opção de financiamento que permite ao produtor rural e às demais instituições integrantes da cadeia do agronegócio obterem recursos por meio do mercado de capitais. A Cetip, integradora do mercado financeiro, oferece a infraestrutura que está por trás dessas operações, tornando-as mais seguras e eficientes. A Cetip também trabalha com soluções que garantem total transparência para o mercado, contribuindo para o desenvolvimento de todo o setor.
Para saber mais, acesse: www.cetip.com.br/titulosagricolas

cetip | 30 Anos

Declaração de exoneração de responsabilidade: o presente material foi emitido pela Cetip S.A. – Mercados Organizados ("Cetip"). A Cetip é um mercado de balcão organizado, autorizada a funcionar pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e regulada tanto por esta quanto pelo Banco Central do Brasil. A contratação dos serviços contidos no presente material é de responsabilidade exclusiva dos participantes, não sendo a Cetip responsável, sob qualquer pretexto, por perdas decorrentes do uso direto, indireto ou consequencial do presente material. A Cetip se isenta de qualquer responsabilidade de fornecer qualquer recomendação específica de natureza legal, tributária, regulatória ou outras que não estejam no seu escopo de trabalho. A responsabilidade pela eventual contratação dos serviços contidos no presente material é exclusiva dos clientes, cabendo a este tão somente a função comunicativa de lançamento dos produtos e/ou serviços. Os exemplos aqui porventura presentes simbolizam situações simuladas e hipotéticas, meramente ilustrativas. Seu comportamento pode não representar as situações reais de mercado, não cabendo à Cetip qualquer responsabilidade por tais casos e/ou pelo desfecho de casos reais. Nada constante aqui restringe ou exclui qualquer responsabilidade legal cabída ao cliente, de acordo com a legislação e normas regulatórias. Este material é de propriedade da Cetip, sendo expressamente proibida a reprodução de parte ou da totalidade de seu conteúdo, mediante qualquer forma ou meio, sem prévia e formal autorização, nos termos das Leis sobre Propriedade Intelectual. Conforme previsto na Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, no Regulamento da Cetip, e demais normas aplicáveis em vigor, em função das características dos mercados que atende, a Cetip não possui fundo garantidor ou outros mecanismos de ressarcimento de perdas, razão pela qual não é cobrada qualquer taxa ou contribuição com esse objetivo.

OPORTUNIDADE NA CRISE

A FORÇA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

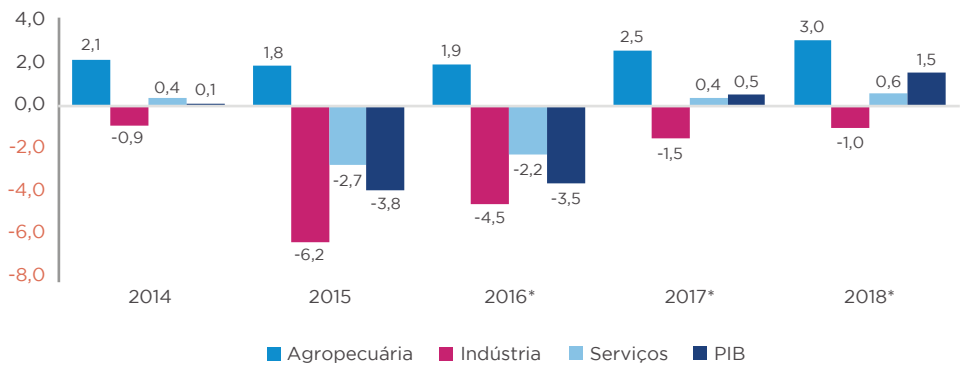
A CRISE econômica brasileira é grave. Provavelmente, nenhum setor econômico passará por ela ileso. Todavia, alguns setores têm sido atingidos com menor intensidade do que outros. Dentre estes setores, merecem destaque as atividades agropecuárias e a indústria de alimentos – a atividade industrial encolheu 6,2% em 2015, no entanto a indústria de produtos alimentícios sofreu menos.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS: PRODUÇÃO EM CONTÍNUO CRESCIMENTO

De acordo com os números do PIB de 2015 divulgados pelo IBGE em fevereiro último, as atividades agropecuárias foram o único grande setor da economia brasileira que conseguiu crescer em meio a tanta turbulência. Mais do que isso, a partir das projeções da Pesquisa Focus do Banco Central, concluiu-se que as atividades agropecuárias são o único grande setor que deverá crescer também este ano. Esta expansão prosseguirá dinamizando a economia do interior do País, bem como atraindo divisas para o País por meio das suas exportações.

Entretanto, não obstante os imensos progressos registrados pelo setor ao longo das últimas décadas, é difícil imaginar que as atividades agropecuárias possam reaquecer a economia brasileira. Em um estudo recente, os pesquisadores Nelson Marconi, professor da FGV-EESP, Guilherme R. Magacho e Igor L. Rocha, ambos da Universidade de Cambridge, calcularam o efeito multiplicador de diversos setores e subsetores da economia brasileira e de outras três nações emergentes (China, Índia e Rússia). O efeito multiplicador indica quantos reais são gerados na economia como um todo a cada R$ 1,00 gasto a mais no consumo dos produtos de um setor. A partir dos resultados encontrados, o efeito multiplicador das atividades agropecuárias (*commodities* agrícolas) não é muito alto. Na realidade,

CRESCIMENTO ANUAL: AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E PIB TOTAL
2005 A 2020



* Previsão do Boletim Focus de 4 de março de 2016
Fonte: IBGE; Banco Central

dentre os setores analisados, as atividades dentro da porteira são um dos setores com o menor efeito multiplicador dentre os setores analisados.

É importante deixar claro que o efeito multiplicador calculado para as *commodities* agrícolas considerou apenas as atividades agropecuárias (as atividades dentro da porteira), sem incorporar os demais subsetores que compõem as cadeias produtivas do agronegócio (produtores de insumos, agroindústria e os subsetores de distribuição e demais serviços). Certamente, ao incorporar os demais elos das cadeias agroindustriais, esse efeito multiplicador deve ser substancialmente maior. Na realidade, os próprios resultados desse estudo já sugerem isso; o efeito multiplicador da indústria de alimentos e bebidas é um dos maiores para as quatro economias analisadas. Curiosamente, apesar das oportunidades que oferece, este segmento industrial tem recebido uma atenção ainda bastante limitada, seja dos analistas, seja dos próprios investidores.

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA: OPORTUNIDADES AINDA A SEREM EXPLORADAS

Dos grandes setores econômicos do Brasil, de longe, a indústria é aquele que tem sentido os maiores impactos da crise. Além das atividades industriais terem encolhido impressionantes 6,2% no ano passado, de acordo com as projeções da Pesquisa Focus do Banco Central, não há perspectiva de que a indústria volte a crescer antes de 2020.

Embora esses números sejam bastante desfavoráveis, é necessário esclarecer que a indústria brasileira não é uma unidade homogênea; na realidade, ela é razoavelmente diversificada, e nem todos segmentos estão sentindo a crise na mesma intensidade. Entre os subsetores que estão sendo menos impactados pela crise, merece destaque a indústria de alimentos e bebidas – justamente aquela que tem um dos maiores efeitos multiplicadores sobre a economia. Enquanto a indústria de transformação como um todo encolheu 10,4% em 2015, a indústria de fabricação de produtos alimentícios encolheu 2,4%.

Embora a indústria de alimentos não esteja passando ilesa pela crise, há boas perspectivas para este segmento industrial, tanto pelo mercado interno, quanto pelo setor externo:

- Desde a década passada, o Brasil passou por um intenso processo de expansão do seu mercado interno. Apesar do atual momento de fortes ajustes, as mudanças observadas desde os anos 2000 não serão revertidas completamente; é necessário desinflar diversas bolhas, mas parte relevante dos progressos acumulados é estrutural. Por exemplo, segundo dados do IBGE, entre 2005 e 2013, o consumo de alimentos

EFEITO MULTIPLICADOR DE SETORES ECONÔMICOS NO BRASIL, NA CHINA, NA ÍNDIA E NA RÚSSIA
MÉDIA ENTRE 2000 E 2009

Setores econômicos	Brasil		China		Índia		Rússia	
	Mult	*Rank*	*Mult*	*Rank*	*Mult*	*Rank*	*Mult*	*Rank*
Commodities agrícolas	1,63	10	1,81	10	1,35	10	1,69	9
Commodities minerais	1,78	9	1,96	9	1,36	9	1,65	10
Alimentos/bebidas	2,24	1	2,41	7	2,23	2	2,08	1
Têxteis/calçados	1,97	5	2,68	2	2,15	4	1,80	8
Diversos	1,87	8	2,48	5	1,87	7	1,96	5
Petróleo/combustíveis	2,20	2	2,11	8	1,57	8	1,92	6
Produtos químicos	2,02	4	2,53	4	2,15	3	2,01	4
Produtos de metal (incluídas máquinas)	1,96	6	2,56	3	2,08	5	2,03	2
Elétricos/óticos	1,90	7	2,41	6	2,06	6	2,01	3
Equipamentos de transporte	2,13	3	2,72	1	2,23	1	1,86	7

Fonte: Marconi *et al.* (2014). Estratégias de desenvolvimento nos BRICs: Uma análise Insumo-Produto

ISTOCKPHOTO



e pratos prontos no Brasil aumentou mais de doze vezes. Embora parte deste crescimento tenha sido insustentável, uma fração majoritária dessas mudanças é estrutural e, portanto, não será revertida.

- Ainda mais importante, a recente emergência e consolidação de uma classe média mais ampla foi um processo muito rápido e intenso. Dada a velocidade desta transformação, a indústria de alimentos local não teve tempo para se adaptar à nova realidade e desenvolver as habilidades necessárias de forma a explorar os diversos nichos de mercado que surgem com a emergência de um consumidor de maior renda e, portanto, de consumo mais sofisticado. Por exemplo, com relação ao mercado brasileiro, o *market share* de produtos como laticínios (sem incluir o leite), comida congelada, sucos de frutas, embutidos, massas prontas, bebidas quentes, biscoitos e outros produtos de panificação ainda é muito limitado, apesar do forte crescimento observado nos últimos anos. Além disso, a diversificação dos produtos em cada uma das categorias anteriormente mencionadas ainda é bastante limitada.

- Além da emergência e da consolidação de uma classe média mais ampla, há oportunidades de negócio para a indústria alimentícia também no mercado externo. Em geral, a indústria de alimentos depende de dois fatores de produção fundamentais: matérias-primas e mão de obra. Em ambos os casos, a situação brasileira é bastante favorável. Somos grandes produtores de *commodities* agropecuárias, e a mão de obra local está voltando a operar a custos mais razoáveis.

- Ademais, além de ser grande produtora de *commodities* agropecuárias, a economia brasileira está recuperando sua competitividade no mercado internacional. Nesse processo, o realinhamento cambial merece definitivamente um papel de destaque. Com este ajuste, diversos custos de produção locais em dólar têm retomado a sua trajetória de equilíbrio de longo prazo.

- Uma que vez a demanda por alimentos no mundo prosseguirá em uma trajetória de expansão, notadamente na Ásia – onde, segundo dados do Banco Mundial, de 2015 a 2020, a população deverá crescer 2,05% a.a. e a renda deverá ser 44% maior –, essa combinação entre ampla oferta de matérias-primas e maior competitividade dos custos de produção locais em dólar abre oportunidades de negócio de forma a tornar o País uma plataforma de exportação de produtos alimentícios.

Enfim, conforme discutido, embora a crise brasileira seja grave, especialmente para as atividades industriais, há oportunidades a serem exploradas pela indústria de alimentos nacional. Dado o elevado efeito multiplicador do subsetor, explorar melhor o mercado de alimentos, seja local, seja externo, trará ganhos para todos. ■

> O SETOR QUE É O MOTOR DA NOSSA ECONOMIA CONTINUA CARREGANDO O PAÍS. E CONTA COM A AJUDA DA GIG.

A GIG É MAIS DO QUE UM AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, ASSESSORIA DE IMPRENSA OU CONSULTORIA. POR ISSO, FAZ MAIS DO QUE CONTAR HISTÓRIAS. REUNINDO VÁRIAS INTELIGÊNCIAS, A GIG PLANEJA, CRIA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E MOSTRA PARA O MUNDO TODO O VALOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. ANDEF, ASSOCON, CITRUSBR, ABIEC, MONSANTO, AGRO TOOLS, AGROCONSULT, ÚNICA, GRUPO RONCADOR E OUTROS GRANDES NOMES DO NOSSO AGRONEGÓCIO TÊM HISTÓRIAS DE SUCESSO COM A GIG. VENHA FAZER A SUA.

WEAREGIG.COM
CONTATO@WEAREGIG.COM
+55 11 2308.8854

PIB BRASILEIRO: QUEDA DE
*3%**

AGRONEGÓCIO: EXPANSÃO DE
*2,4%***



GIG GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI

*De acordo com as estimativas de economistas independentes, analistas de bancos e corretoras. **Em 2015, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

LARANJA

O SUCO ESTÁ NA REDE

IBIAPABA NETTO
Diretor Executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR)

EM MARÇO último, a CitrusBR iniciou uma pequena campanha chamada "A Ciência do Suco de Laranja" com a clara intenção de divulgar benefícios deste produto tão conhecido mundialmente. Em vídeos com duração de 1 minuto e 30 segundos, algumas das mentes mais brilhantes no que tange à pesquisa nutricional explicam por que um cidadão comum deve consumir seu copinho diário desse nutritivo e delicioso alimento. Dois capítulos de um total de seis já foram disponibilizados via internet, no canal do YouTube da CitrusBR, assim como no website de nossa entidade e em sua respectiva página no Facebook. Por se tratar de conteúdo simples e direto, também compartilhamos o conteúdo via WhatsApp, e é impressionante a força que essas novas mídias possuem.

O primeiro vídeo da websérie foi assistido por mais de 80 mil pessoas no Facebook, e o segundo alcançou, até o fechamento deste artigo, 30 mil pessoas logo nos primeiros dias. Já tivemos outros vídeos semelhantes que chegaram a alcançar mais de 460 mil pessoas. Via o aplicativo WhatsApp, compartilhei o vídeo com mais de 200 citricultores, que, ávidos por ferramentas que defendam o produto que se origina da laranja, também compartilharam o pequeno vídeo, e sabe-se lá quantas pessoas já tiveram acesso a este conteúdo. Além de citricultores, enviamos nossos vídeos para médicos, nutricionistas e toda sorte de especialistas que podem defender nosso produto desde que tenham acesso a informação.

Hoje, observando as possibilidades que o mundo digital proporciona, cada setor pode passar a ser o porta-voz de si mesmo e conversar diretamente com o seu respectivo público. No caso do suco de laranja em particular, aproveitamos ferramentas que direcionam pesquisas sobre nutrição e saúde para o nosso conteúdo, e, em nosso Facebook, não tratamos de questões político-econômicas do nosso setor; tratamos apenas de trazer notícias positivas sobre o suco de laranja.

Em um ano de projeto, mais de 2 milhões de pessoas tiveram acesso ao nosso conteúdo, o que transforma nossas bases digitais em uma "pequena televisão", em se tratando do alcance possível. E o mais interessante é que esse tipo de plataforma dá acesso a uma série de dados, como o perfil das pessoas que "curtiram" o conteúdo. Informações como faixa etária, localização geográfica, entre outras, permitem o cruzamento de dados e a melhoria da estratégia de comunicação. Para o nosso setor, por exemplo, é importante constatar que o trabalho tem chegado a gerações mais novas, com pessoas com idade compreendida entre 20 e 30 anos, o que significa que estamos conseguindo "educar" o público interessado sobre os benefícios do suco de laranja.

Desta forma, por um lado, conseguimos levar informações para a sociedade interessada em saber mais sobre o nosso produto e, por outro, proporcionamos as ferramentas e os argumentos necessários para que integrantes do setor possam fazer o papel que se conhece por "advogado de causa", e esta causa deve ser defendida por todos que fazem parte do mercado. Assim, é possível afirmar que esse não é um trabalho da CitrusBR para seus associados, mas sim para toda a cadeia produtiva, e é importante que esse engajamento em torno da defesa do produto seja cada dia mais forte. Saúde. ■

AÇÚCAR E ETANOL

O QUE ESPERAR EM 2016

PLINIO M. NASTARI
Presidente da DATAGRO Consultoria e mestre e doutor em Economia Agrícola pela Iowa State University

A SAFRA de 2015/16 apresentou um volume elevado de cana produzida, com baixo teor de açúcares totais recuperáveis (ATR), em decorrência, principalmente, do clima, mas também da menor aplicação de insumos pela crise financeira do setor.

Mais uma vez, os produtores optaram por um *mix* de produção mais alcooleiro, motivados, principalmente, pela necessidade de geração de caixa e pelo fato de o etanol hidratado oferecer mais liquidez comercial do que o etanol anidro e o açúcar. Esta produção maior de etanol hidratado foi absorvida por um mercado ávido pelo menor dispêndio que o produto gera no ato do abastecimento dos veículos.

A partir do final de setembro de 2015, os preços do açúcar e do etanol ao produtor reagiram, como reflexo de uma demanda aquecida, junto com a perspectiva de déficit no mercado mundial de açúcar.

A recuperação de preços reflete, também, a perspectiva de um déficit no mercado mundial de açúcar. Segundo estimativa, a redução na relação estoque-consumo deverá cair de 48,7%, em 30 de setembro de 2015, para 40,4%, em 30 de setembro de 2017, o que sinaliza importante mudança no ânimo do mercado.

A recuperação de preços não é, entretanto, suficiente para recuperar a saúde econômico-financeira média do setor de açúcar e etanol, afetado por um longo período de preços defasados de gasolina entre 2011 e 2015.

A nova realidade de preços reflete uma situação conjuntural, e não estrutural. Em primeiro lugar,

BRASIL: INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR

	2015/16	2016/17
Moagem de cana-de açúcar (milhões de toneladas)	620,0	625,0
Produção de açúcar (milhões de toneladas)	33,8	36,7
Produção de etanol (bilhões de litros)	30,4	30,1

Fonte: estimativa da DATAGRO

BRASIL: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS

	Junho de 2015	Primeiro trimestre de 2016
Açúcar		
São Paulo	R$ 49/saca	R$ 81/saca
Norte-Nordeste	R$ 61/saca	R$ 97/saca
Etanol hidratado	R$ 1.224/m³	R$ 1.904/m³
Etanol anidro	R$ 1.381/m³	R$ 2.096/m³

Fonte: DATAGRO

BALANÇO MUNDIAL DE AÇÚCAR CRU

Safra	Safra 2014/15	Safra 2015/16	Safra 2016/17
Balanço oferta-demanda (milhões de toneladas)[1]	Superávit: 3,65	Déficit: 4,37	Déficit: 7,69
Relação estoque-consumo[2]	48,7%	45,4%	40,4%

1 Outubro a setembro; 2 No final do período, em 30 de setembro
Fonte: DATAGRO

reflete uma conjuntura favorável no mercado de açúcar e, em segundo, a demanda aquecida por etanol no mercado interno, gerada por uma combinação de fatores: a necessidade de recuperação da capacidade de geração de caixa na Petrobras; e pequenas mudanças na tributação de combustíveis em níveis federal e estadual.

De fato, as alterações de pequena monta no regime de ICMS em alguns estados (principalmente Minas Gerais e Goiás) e uma recuperação parcial da CIDE foram suficientes para gerar um aumento nos volumes consumidos de etanol hidratado. Mesmo assim, o estado de São Paulo ainda respondeu por mais de 53% do consumo nacional de etanol hidratado em 2015.

Tivemos a educativa experiência sofrida por um grupo considerável de investidores que apostaram na expansão da moagem nos anos de 2004 a 2009. Mas, as condições favoráveis para um retorno de investimentos em capacidade de moagem somente serão estabelecidas caso seja criada uma regulação do mercado de combustíveis. Somente assim se poderá vislumbrar como se dará a competitividade do etanol em relação à gasolina no médio e no longo prazos.

Quanto a esse aspecto, é exemplar a regulação vigente na Califórnia. Lá, o regulador não define o valor do diferencial de tributo incidente sobre o combustível fóssil e o renovável. A definição é sobre a meta de redução de emissões e a velocidade que se pretende que seja atingida, que confere a capacidade e a contribuição de cada combustível para o atingimento desta meta. Uma vez estabelecidos esses parâmetros, o próprio mercado define o valor do prêmio a ser conferido a cada combustível.

Ao mesmo tempo em que persistem as incertezas, cabe questionar sobre como o Governo pretende

CONSUMO DE ETANOL HIDRATADO COMBUSTÍVEL
(MILHÕES DE LITROS)

Estado	2005	2015
Minas Gerais	391,5	1.789,9
Goiás	149,4	1.240,8

Fonte: ANP

cumprir as metas compromissadas pelo País na COP-21 em Paris. A evolução da produção de etanol demonstra a capacidade do setor produtor em responder rapidamente a desafios de aumento de demanda quando há condições para tal. No entanto, será realmente um grande desafio atingir a meta de produzir mais de 50 bilhões de litros por ano em 2030, que está distante apenas dois ciclos de cana (ciclos de seis a sete anos). É preciso que medidas urgentes sejam adotadas para recuperar de forma consistente a confiança para investimento.

Há, ainda, outras razões para isso ser feito, como não perder a capacitação tecnológica conquistada pela indústria de bens de capital associada à atividade, que vem sofrendo gradual desativação, com perda significativa de talentos e especialistas. Isso considerando que a Petrobras também está sendo obrigada a reduzir investimentos em exploração e prospecção, para não falar no abandono de projetos de novas refinarias. Sem um plano consistente de longo prazo para a área de combustíveis, o Brasil estará condenado a se tornar um crescente importador de gasolina e diesel. Nos últimos dez anos, o consumo de combustíveis do ciclo Otto dobrou, passando de 26,82 bilhões para 53,64 bilhões de litros de gasolina equivalente. O País precisa planejar o seu futuro com olhos para além da crise que enfrenta atualmente. ■

CARNE BOVINA

JOGO DE BRAÇO ENTRE PECUARISTAS E FRIGORÍFICOS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO[1] HYBERVILLE PAULO D'ATHAYDE NETO[2] ALEX SANTOS LOPES DA SILVA[3] GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR[4] ALCIDES DE MOURA TORRES JÚNIOR[5]

NO COMEÇO de março, uma forte redução na oferta de compra (cotação) do boi gordo surpreendeu o mercado. O efeito imediato foi uma redução drástica do volume de negócios efetivamente realizados. A queda nos valores das propostas de compras aconteceu sem a justificativa de aumento na disponibilidade de animais. Segundo levantamento da Scot Consultora, no dia 3 de março foram ofertados valores mais de R$ 5,00/@ menores do que no dia anterior.

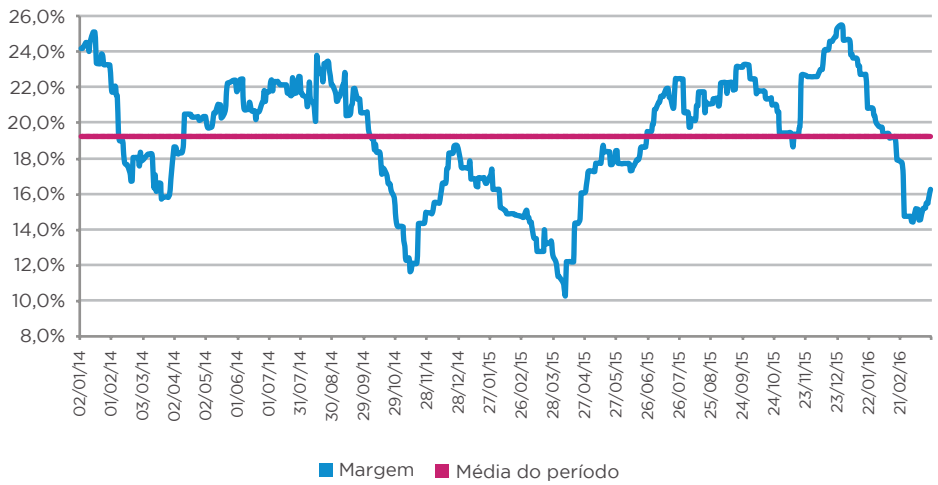
Diante desse movimento, sem referência para fechamento dos negócios, o lado da venda posicionou-se na retranca. Como nada de novo aconteceu para justificar a razão desse tombo nos preços, uma das suposições levantadas está relacionada à estratégia da indústria frigorífica de forçar a derrubada da cotação do boi para recomposição da sua margem.

Considerando a venda dos produtos oriundos do animal abatido, frente ao preço pago pelo boi gordo (Equivalente Scot Desossa), a margem média de comercialização desde o início deste ano tem sido ao redor de 19,2%. Quando se toma o começo de 2007, quando este indicador começou a ser calculado, percebe-se que a média ficou em 20,5%. Já no início de março último, a margem



ISTOCKPHOTO

MARGEM DE COMERCIALIZAÇÃO DO FRIGORÍFICO
(EQUIVALENTE SCOT DESOSSA)



Fonte: Scot Consultoria

estava em 14,7%, dez pontos percentuais abaixo da observada no início do mês de janeiro deste ano. A partir desse momento – início de março –, por alguns dias viu-se uma diferença enorme entre as ofertas de compra e os valores fechados nos raros negócios ocorridos.

Em dez dias, o mercado de boi gordo cedeu 1,5%, em média, com as maiores quedas observadas em Goiânia e no sul de Goiás, de 4,2% e 3,8%, respectivamente. Essa queda superou a observada em meados de 2015, quando os preços cederam 0,5%, em média, também dentro de um período de dez dias. Com a queda no preço da arroba, o Equivalente Scot Desossa rapidamente subiu para 16,2%.

ANÁLISE

A forte pressão de baixa mostra um comportamento mais reativo dos frigoríficos às margens menores. Vale destacar que esse indicador é a relação entre o preço de venda dos produtos e o preço de compra do boi gordo. Ou seja, a elevação dos custos ocorrida devido ao aumento no preço da energia elétrica e dos combustíveis não entra na conta e pesa para a indústria.

Em 2015, a pressão de baixa durou semanas, após o movimento inicial. De toda forma, essa onda perdeu força e os preços reagiram. Há uma diferença entre o cenário atual e o observado em 2015: no ano passado, esse movimento ocorreu depois da desova de final de safra, enquanto, desta vez, a oferta ainda está por vir, a partir de abril e meados de maio. Deve-se lembrar que ainda é esperada uma disponibilidade limitada de animais para este ano.

Para o curto e o médio prazos, a oferta de animais ditará o mercado. No entanto, mesmo com oferta curta, a possibilidade de valorizações é modesta, tendo em vista o consumo interno mais fraco. A maior oferta de animais para abate esperada para os próximos meses (desova de final de safra) deverá pressionar para baixo as cotações da arroba do boi gordo no mercado brasileiro. ■

---

1 Zootecnista da Scot Consultoria
2 Médico veterinário da Scot Consultoria
3 Zootecnista da Scot Consultoria
4 Zootecnista da Scot Consultoria
5 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

CRIATIVIDADE E OUSADIA

A EXIGÊNCIA DA AGRICULTURA

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

A MODERNA agricultura brasileira surgiu como resposta a crises de abastecimento de alimentos nas metades das décadas de 1960 e 1970, aumentando e diversificando as exportações e reduzindo os preços dos alimentos que pressionavam salários urbanos. Os resultados foram fundamentais à política de industrialização brasileira vigente na época, e o salto da produção agropecuária não teve paralelo em nenhuma outra região do mundo.

O Brasil é o único país no cinturão tropical do globo que foi capaz de conquistar a posição de potência agrícola. As tecnologias de manejo transformaram nossos solos pobres em terra fértil. A tropicalização dos cultivos, com ciclos diferenciados, permitiu aproveitar terras em todas as condições climáticas. Os manejos e as práticas sustentáveis que desenvolvemos constituem um eficiente arsenal de defesa ambiental.

Com seu dinamismo empreendedor, os produtores souberam combinar esses conhecimentos e aproveitar as oportunidades de mercado. Eles conduziram a agricultura a patamares que tornaram as safras do Brasil essenciais para a segurança alimentar do próprio País e do mundo.

Esse modelo inédito de agricultura baseado em ciência colocou o Brasil como protagonista de uma verdadeira revolução na produção de alimentos nos trópicos. Apesar dos avanços, a antecipação das demandas para alimentação e agricultura ao longo do século XXI indica a necessidade de novos passos.

BRASIL: EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA

ITEM	Década de 1960	2015
População (milhões de habitantes)	70,0	200,0
Área de grãos (milhões de hectares)	22,0	57,0
Colheita de grãos (milhões de toneladas)	17,2	206,0

Fonte: IBGE; Conab

DESAFIOS PARA O SISTEMA DE PESQUISA E INOVAÇÃO BRASILEIRO

- Enfrentamento de novas pragas, patógenos e plantas invasoras;
- Busca do aumento da eficiência no uso do solo e da água;
- Necessidade de contínua redução de impactos negativos no meio ambiente;
- Crescente demanda por alimentos seguros e nutritivos, com funcionalidades que promovam a saúde e o bem-estar;
- Persistentes problemas que afligem o mundo rural brasileiro, em especial nas regiões mais pobres;
- Expectativa de produção crescente e sustentável de excedentes para exportação, essencial para a segurança alimentar e a paz no futuro, dentre outros desafios.

RUPTURAS TRANSFORMADORAS DO MUNDO

O mundo passa por uma transição dramática em razão de três forças que operam de forma veloz. Elas são capazes de amplificar uma a outra, ganhando magnitude e maior poder de influência, com transformações substantivas na vida da sociedade.

Primeira força – urbanização: as cidades incorporaram 65 milhões de pessoas por ano nas últimas três décadas. Isso equivale a criar quase seis cidades de São Paulo a cada ano. Segundo a ONU, em 2010 a população urbana no mundo, pela primeira vez, ultrapassou a população rural. Até 2030, 60% da população mundial viverão em áreas urbanas. No Brasil, em 2010, dos 191 milhões de brasileiros, apenas 29,8 milhões (15,6%) estavam no meio rural. Em 2030, projeta-se que 90% estarão nas cidades.

Segunda força – mudanças climáticas globais: o modelo de desenvolvimento dependente de recursos não renováveis que elevou os níveis de poluição e gases do efeito estufa a patamares perigosos chegou a seu limite. Em um mundo pós-combustível fóssil, uma crescente proporção de químicos, plásticos, têxteis, eletricidade e combustíveis terá de vir de outras fontes, e não mais do petróleo.

Terceira força – alteração no escopo, na escala e no impacto econômico do desenvolvimento científico e tecnológico: ruptura marcada pelo avanço cada vez mais rápido do conhecimento e pela dissolução dos limites entre as ciências tradicionais, como a Física, a Química e a Biologia. Há vinte anos, menos de 3% das pessoas tinham um telefone celular; hoje, dois terços dos habitantes do Planeta têm pelo menos um. ■



NO FUTURO, BASTARÁ SEGUIR O PARADIGMA QUE NOS TROUXE ATÉ O PRESENTE?

Os contextos cada vez mais dinâmicos nos quais a agricultura está inserida demandarão respostas cada vez mais rápidas às demandas da sociedade e dos mercados. O grande risco é que questões conjunturais e preocupações do presente joguem-nos na perplexidade, tolhendo a criatividade e a ousadia que precisaremos ter para a construção de uma trajetória de longo prazo para a nossa agricultura, com mais foco na sustentabilidade e na integração de esforços. Infelizmente, não é incomum, nas muitas discussões sobre a agricultura brasileira, predominar atenção ao passado e ao presente, com pouca prioridade para a discussão de trajetórias em direção ao futuro, que será certamente mais dinâmico e desafiador.

A sustentabilidade entrou de forma definitiva na agenda da sociedade. Isso provoca uma elevação da complexidade em praticamente todos os processos do mundo moderno, exigindo de indivíduos, empresas e governos a rápida compreensão de que estamos imersos em um verdadeiro "sistema de sistemas", com interfaces nas dimensões econômica, social, ambiental e política. O sucesso ou a redução dos riscos, das incertezas e da ineficiência dos muitos processos que movem o agronegócio brasileiro só serão alcançados com planejamento sofisticado e tecnologias que nos permitam operar com crescente eficiência em um complexo sistema de sistemas inter-relacionados. O futuro certamente nos exigirá mais criatividade e ousadia. E a construção de um futuro sustentável dependerá da nossa capacidade de integrar e gerir sistemas cada vez mais complexos.



FPA

Da esquerda para a direita, Alysson Paolinelli (ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Ricardo Tomczyk (presidente do Conselho Consultivo do Instituto Pensar Agropecuária), Roberto Balestra (deputado federal e coordenador da Comissão de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA), André Nassar (secretário de Política Agrícola do MAPA) e Luis Carlos Heinze (deputado federal e ex-presidente da FPA)

SEMINÁRIO PREPARATÓRIO

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2016/17

Promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e pelo Instituto Pensar Agropecuária (IPA), o evento foi realizado em Brasília, na Câmara dos Deputados, no mês passado. A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) se fez presente, juntamente com outras entidades setoriais, políticos, autoridades governamentais, dentre outros. Os trabalhos tinham como objetivo debater os cenários e colher sugestões sobre as diretrizes e as prioridades para a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2016/17, que começa em julho próximo e vai até junho de 2017.

A política agrícola deve priorizar o Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC), diante do compromisso assumido para redução das suas emissões, na 21º Conferência das Partes Sobre Mudanças Climáticas, realizada no final do ano passado.

O setor produtivo de cana-de-açúcar solicita adequação no pagamento dos investimentos para plantio da cana de dezoito meses, mais a sua inclusão nos Programas ABC, de Renovação e Ampliação de Canaviais (PRORENOVA), de Estocagem de Etanol e de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

A preocupação começa na avaliação do cenário de crise econômica do País, diante da previsão para o ano de outro PIB negativo e de inflação acima da meta. Se não fosse o desempenho positivo do agronegócio, o contexto estaria muito pior. Existem outras variáveis para serem consideradas. Com algumas exceções, como no caso do açúcar, os preços internacionais das *commodities* agrícolas sofreram queda. Por sua vez, houve quebras localizadas de safra em algumas regiões do País.

A necessidade imperiosa de ajuste fiscal afeta a disponibilidade de recursos para todas as atividades, inclusive a da agropecuária. Para controlar a inflação, a política monetária fica mais severa, com aumento na taxa Selic em 1,5% nos últimos doze meses. Tanto

a queda nos depósitos à vista dos bancos como a redução da aplicação na poupança rural diminuem a disponibilidade de recursos para o crédito rural.

Assim, ficam longe da perspectiva um aumento na quantidade de recursos e uma diminuição na taxa de juros do crédito. Com menos grau de liberdade para subvencionar dinheiro novo, o Tesouro Nacional terá de aumentar a subvenção de créditos de investimento das safras anteriores. A equalização das taxas de juros exigirá mais recursos para cobrir a diferença entre o aumento da taxa Selic e as taxas de juros menores das operações de crédito concedidas nas safras anteriores.

No curto prazo, existe o cumprimento da promessa oficial de disponibilizar R$ 10 bilhões para o chamado "pré-custeio", com a compra antecipada de insumos para a safra 2016/17 no segundo trimestre. No ano passado, sem a chegada de dinheiro, houve muita decepção no setor produtivo. Como será neste ano?

De acordo com os dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), o custo de produção da soja e do milho no estado do Mato Grosso cresceu mais de 70% entre as safras 2012/13 e 2016/17. Este aumento serve de referência para o País. A grande demanda por crédito rural acontece justamente no custeio, com participação em praticamente 60% do total.

Para comparação, o montante de crédito com juros controlados entre as safras 2012/13 e 2015/16 aumentou em 25%, de R$ 111,6 bilhões para R$ 139,0 bilhões. Esta elevação da oferta de recurso não acompanhou o crescimento do custo de produção. Se se adotar o aumento de custo calculado pelo IMEA, a quantidade necessária para a safra 2016/17 estaria próxima de R$ 189,7 bilhões.

BRASIL: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL
(EM R$ BILHÕES)

SAFRA	PROGRAMADO	LIBERADO
2008/09	78,0	74,4
2009/10	108,0	98,2
2010/11	116,0	106,0
2011/12	123,2	106,3
2012/13	133,2	139,0
2013/14	157,0	179,5
2014/15	156,1	155,0
2015/16	187,7	–

Fonte: MAPA

Nessa conta entram, ainda, os financiamentos para investimentos, cujo desembolso na safra 2014/15, até fevereiro deste ano, somou R$ 13,5 bilhões, apenas um terço do volume registrado nas safras 2012/13 e 2013/14. Houve uma despencada nessas operações. Para o final da safra 2015/16, está previsto um total de R$ 20,0 bilhões. Com a temporada de feiras realizadas no primeiro semestre, como o dinheiro reservado para o Moderfrota deverá ser insuficiente, o Governo terá de deslocar recursos de outras fontes.

ISTOCKPHOTO



Para a próxima safra, de 2016/17, se houver uma reposição normal de máquinas e equipamentos, será necessário praticamente dobrar as vendas em comparação com a safra atual. Isso significa uma proposta na oferta de crédito na ordem de R$ 35 bilhões. Então, para a manutenção da mesma situação verificada na safra 2012/13, a quantidade de crédito para custeio (R$ 189,7 bilhões) e investimento (R$ 35,0 bilhões) alcançaria R$ 224,7 bilhões para a safra 2016/17.

BRASIL: PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO – PAP
(EM BILHÕES)

ITEM	2013/14	2014/15	2015/16
1. Custeio	97,6	112,0	147,5
Juros controlados	82,2	89,0	94,5
Juros livres	15,4	23,0	53,0
2. Investimentos	38,4	44,1	40,2
Juros controlados	38,1	43,7	33,0
Juros livres	0,3	0,4	7,2
Total (1 + 2)	**136,0**	**156,1**	**187,7**

Fonte: MAPA

Quando lançou o PAP da safra 2015/16, o Governo programou a liberação de R$ 187,7 bilhões, mas o desembolso efetivo deverá ficar em torno de R$ 150 bilhões. Nesta dotação, foram incluídos R$ 30 bilhões com operações das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Esse plano não decolou porque os agentes financeiros ainda não estavam devidamente preparados para desenvolver esse novo modelo.

Com a desaceleração dos recursos captados pelos depósitos à vista e da poupança rural, a saída é intensificar a oferta de recursos para financiar o custeio da safra agrícola com fontes da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), de Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA), da Cédula de Produto Rural (CPR) e do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA). O volume destes títulos em carteira somava R$ 204,7 bilhões em dezembro de 2015. Apesar de as taxas de juros dessas operações serem mais elevadas do que as controladas no crédito rural, essa é a tendência dos financiamentos para o campo.



ISTOCKPHOTO

SEGURO RURAL

No tocante ao seguro rural, a decepção é muito grande. A subvenção ao prêmio do seguro em 2015, de R$ 282 milhões, representou cerca de 60% do valor de 2014. Para 2016, a disponibilidade anunciada foi R$ 400 milhões. A crítica é dura com a insuficiência da cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e a falta de recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para atender a demanda por seguro.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016
Número de apólices (mil)	101	118	65	78
Número de produtores	65.556	80.000	40.512	–
Subvenção concedida (R$ milhões)	557	693	282	400
Área segurada (mil hectares)	16.843	20.000	9.600	–
Capital segurado (R$ milhões)	1.001	1.250	362	–
Prêmio arrecadado (R$ milhões)	10	10	3	6

Fonte: MAPA

PRÓXIMOS PASSOS

As reclamações sobre as operações de crédito rural são recorrentes. É o caso das vendas casadas, como a obrigatoriedade do seguro rural para se ter acesso ao crédito rural. Além dos custos cartorários para registrar as células, há, ainda, diferenças nos critérios para a exigência de garantias reais e no atraso das liberações dos empréstimos, dentre outras.

O setor produtivo de cana-de-açúcar solicita adequação no pagamento dos investimentos para plantio da cana de dezoito meses, mais a sua inclusão nos Programas da Agricultura de Baixo de Carbono (ABC), de Renovação e Ampliação de Canaviais (PRORENOVA), de Estocagem de Etanol e de Construção e Ampliação de Armazéns (PSA).

Nesse contexto, o Governo anuncia esforço para melhorar a qualidade dos gastos das políticas públicas, mas o grau de liberdade é pequeno. A proposta é implementar o cadastro nacional de produtividade das lavouras para apoiar o seguro rural e avaliar riscos de produção, com o uso do Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

O MAPA pretende, também, dar mais destaque ao financiamento de comercialização. Como os preços das *commodities* variam no mercado internacional, o agricultor precisa ter segurança e tranquilidade para negociar seu produto em melhor época.

Enfim, o setor produtivo analisa com moderação o lançamento do PAP 2016/17. O tempo é exíguo, e o desafio, enorme. A situação econômica vigente requer o máximo empenho. A formulação de medidas que sustentem o crescimento do agronegócio pelo menos abrandará a perspectiva de uma piora no quadro vigente.

Com a reivindicação para antecipar o anúncio do PAP 2016/17, os próximos passos dos parlamentares da FPA serão elaborar um documento e levar para os ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento. ■

A força do agronegócio paulista

Fábio de Salles Meirelles

Presidente da Agrishow e do Sistema FAESP/SENAR-AR/SP (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo/Sistema Nacional de Aprendizagem Rural em São Paulo)



É com especial satisfação que anunciamos a realização da 23ª edição da **Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação**, que acontecerá nos dias **25 a 29 de abril de 2016,** na Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, km 321, em Ribeirão Preto-SP.

A Agrishow é uma das maiores e mais completas feiras de tecnologia agrícola do mundo e um dos principais agentes de estímulo ao produtor rural.

São 440 mil metros quadrados, aproximadamente 160 mil visitantes, um público altamente qualificado, formado, em sua maioria, por produtores rurais de todo o território nacional e do exterior. Mais de 800 marcas em exposição, que levam inúmeras novidades em termos de máquinas, implementos agrícolas, sistemas de irrigação, acessórios, entre outros produtos necessários ao aumento da produtividade do cultivo e, também, necessários à redução dos custos e ao aumento da rentabilidade do agronegócio brasileiro.

O estudo da agropecuária paulista, que ora segue, demonstra o histórico da constante evolução do Estado de São Paulo, no incremento de novas tecnologias na área rural e no formidável aumento da produtividade das principais culturas desenvolvidas.

O Sistema FAESP/SENAR-AR/SP tem papel fundamental no aprimoramento e na qualificação da mão de obra e, até a presente data, capacitou mais de 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil) produtores e trabalhadores rurais, nos mais variados cursos, o que permitiu ao Estado de São Paulo alcançar o atual elevado estágio de produção, tornando-o líder no cultivo de dezenas de produtos agrícolas.

O agronegócio é a real esperança do nosso País e merece o devido reconhecimento por sua importância e relevante participação no PIB e na balança comercial, como também pelo elevado número de empregos que dispõe à sociedade brasileira.

Desejamos a todos uma agradável leitura!

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FAESP

SENAR
SÃO PAULO



Agropecuária do Estado de São Paulo

Da Redação

Quando terminava o século passado, um grande salto tecnológico já tinha se verificado na mecanização das principais propriedades agropecuárias do Estado de São Paulo. A manutenção dos empregos não estava mais nos trabalhos agrícolas tradicionais. Para sobreviverem no meio rural, as famílias buscavam empregos com tempo parcial fora da agropecuária. Minguavam os contratos de produção por meio das meias, dos arrendamentos e das colônias de produção.

Havia crise de rentabilidade em importantes *commodities*, e o mercado de terras atraía poucos negócios. Por isso, pairava um estado de apreensão sobre o futuro próximo das atividades rurais. Mas, esse contexto transformou-se ainda no primeiro quinquênio da década passada, com as compras crescentes de soja pela China e o imediato sucesso do carro *flex*, movido a etanol, com enorme impulso na cana-de-açúcar.

As grandes lavouras visavam à ocupação do espaço com explorações focadas na escala e na eficiência da produção. Muitas atividades especializaram-se e profissionalizaram-se, como a horticultura, a fruticultura, a floricultura, a criação de aves exóticas, dentre outras. O turismo e o lazer rural apareceram como uma prestação de serviços e uma fonte de renda para novos empreendimentos. O retrato do campo estampou outras nuances.

Enquanto isso, como era de se esperar, a materialização dos investimentos no Estado sucedia em torno de cadeias produtivas com tendências globais. O Porto de Santos sintetiza o emblema dessa articulação. A grandeza e a firmeza desse processo envolviam produtos cujos ciclos estavam sintonizados com a visão sustentável no tripé econômico-ambiental-social. Uma onda global com influência local. Nada sucedia à toa.

Submetida a fortes choques de mercado, a predominância de algumas cadeias produtivas na formação da renda rural do Estado foi um fenômeno econômico irremediável. Nesse cenário, projetos inovadores dão arrimo às competitividades interna e externa do Estado e do País. Isso gerou renda, com estímulos para a indústria e o comércio de produtos e serviços dirigidos para o consumo doméstico.

Essa história deixa como legado uma memória importante para as políticas públicas: a caracterís-

tica dualista e secular da agropecuária; de um lado, tem-se a primazia sempre vigorosa dos empreendedores rurais de perfil urbano e empresarial, e, de outro, há, também, a classe de produtores pronta para receber e dar respostas a novos planos de negócios. Essa visão dicotômica é a pedra de toque para analisar com carinho a vitalidade das pequenas e médias comunidades: aproximadamente 60% dos municípios paulistas possuem menos de 20 mil habitantes com vínculo direto com o campo.

Novos arranjos produtivos

Os ganhos de produtividade sempre promovem uma profunda e contínua alteração no contorno da agropecuária. O caso paulista não é diferente. Nas últimas décadas, assistiu-se a uma redução na quantidade de habitantes nas zonas rurais na população total: a participação atual é de apenas 4%. Também houve queda na área dos estabelecimentos rurais. Com a tecnologia, colhe-se mais e planta-se menos – uma consequência lógica da aplicação na pesquisa e do desenvolvimento de novos produtos e insumos.

Estado de São Paulo:
Cadeias produtivas de tendências globais

Cana	→	Alimento e energia
Laranja e café	→	Bebida
Pínus e eucalipto	→	Papel e celulose
Seringueira	→	Borracha
Grãos, aves, suínos e bovinos	→	Proteína animal

ESTADO DE SÃO PAULO: ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS POR CENSO AGROPECUÁRIO
(MILHÕES DE HECTARES)

CENSO	1975	1985	1995	2006
Área	20,5	20,2	17,4	16,7

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE

ESTADO DE SÃO PAULO: USO DO SOLO
(MILHÕES DE HECTARES)

USO DO SOLO	ÁREA	%
Agropecuária	18,90	76,20
Infraestrutura	2,80	11,30
Cobertura vegetal nativa	3,10	12,50
Total	**24,80**	**100,00**

Fonte: IEA/SAA

Uma visão atual do ambiente de negócio das cadeias produtivas é fundamental para enxergar o cenário em que estão inseridas as propriedades rurais. Isso é imprescindível para se traçarem programas de treinamento técnico e de gestão. É um enorme desafio: a área média dos 320 mil imóveis rurais é de 74,0 hectares (CENSO – IBGE, 2006), dos quais pouco mais da metade é de pequenas propriedades.

A fronteira agrícola no território paulista está praticamente preenchida nos seus quatro cantos. Os atores interessados, como os gestores públicos, os proprietários de terras e os empreendedores privados, precisam de informações para a tomada de decisão.

O Estado está diante de duas questões prioritárias, quanto:

- À implantação do novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), aprovado pelo Congresso Nacional em 2012, nas alçadas e nas negociações estaduais. Pelos critérios estabelecidos, as estimativas apontam a necessidade de se recuperar uma área próxima de 900 mil hectares; e

- À proibição das queimadas nos canaviais a partir de 2017. Quase 370 mil hectares terão de receber uma nova cultura ou destinação, em função da dificuldade de se realizar a mecanização em terrenos com declives acima de 12%.

De fato, com a sanção da Lei Estadual nº 15.684, em 14 de janeiro 2015, ficaram definidas as atribuições do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e tomou curso a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado de São Paulo. É o primeiro passo de uma longa jornada.

Nesse sentido, o Sistema FAESP/SENAR-AR/SP realizou uma enorme mobilização para capacitar técnicos dos Sindicatos Rurais e das Coordenadorias de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com a finalidade de auxiliar os produtores no correto preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), de milhares de propriedades rurais.

Lavouras, reflorestamentos e pastagens

De 1990 a 2000, alguns cultivos já mostravam sinais de franco declínio. Somente feijão, algodão herbáceo e arroz, no conjunto, diminuíram a área cultivada em mais de 550 mil hectares. Essa tendência prevaleceu depois de 2000. O feijão encolheu o plantio em mais de 110 mil hectares, o algodão herbáceo migrou para o Centro-Oeste, e o arroz, um produto sem aumento no consumo *per capita* da população, seguiu com uma produção marginal.

Tomando o horizonte dos últimos quinze anos, procurou-se fazer um balanço dos rearranjos das lavouras mais importantes em termos de ocupação do espaço físico. Para tanto, consideraram-se as culturas com área anual superior a 100 mil hectares. O amendoim ficou fora, em função do intervalo de oscilação da sua área (de 70 mil a 110 mil hectares), sem tendência definida.

Permaneceram, então, em cena cinco grandes lavouras, mais as pastagens e o reflorestamento. Quando se tomam apenas as lavouras, constata-se uma expansão de área de 3.130 mil hectares. Esta variação positiva ocorreu na soja e, em larga escala, na cana-de-açúcar. Ambas avançaram sobre os 3.624 mil hectares de áreas de pastagens. Já o café praticamente teve uma variação tênue, enquanto as plantações de laranja e milho registraram quedas.

Nessa conta não entrou a área de reflorestamento, se consideradas as culturas de eucalipto, pínus e seringueira. Estas três árvores tiveram um crescimento de 300 mil hectares no período em análise: de 1,0 milhão de hectares para 1,3 milhão. Conduzida por 45 mil produtores, além das florestas nativas em 150 mil propriedades rurais, a silvicultura é a terceira atividade em ocupação de área no Estado de São Paulo.

Também ficou excluída a área de 400 hectares cultivada com mais de quarenta espécies de hortaliças, das quais o Estado é o maior produtor no País. São três grupos de produtos: herbáceas (verduras), frutosas e bulbosas (raízes e tubérculos). Influenciadas pelas cotações vigentes na época da tomada de decisão sobre a área a ser plantada, estas espécies, de ciclo curto, dependem do padrão estacional do clima.

A perda de área de uma cultura não significa redução na sua colheita. Existe o impacto do progresso tecnológico com a introdução de novos insumos e equipamentos, melhoramentos genéticos, práticas e manejos modernos, dentre outros. Com isso, os ganhos de produtividade podem compensar a queda no tamanho da gleba cultivada.

Proteína animal

Boa fração das pastagens no Estado substituíram as antigas áreas ocupadas por lavouras há mais de cinquenta anos. Antes de ser a capital do gado, por exemplo, predominavam, na região de Araçatuba, a cafeicultura, a cotonicultura e alguns tipos de grãos. Naquela época, quando se esgotava a fertilidade natural do solo, o proprietário trocava a agricultura pela pecuária extensiva. Hoje, quando as terras ganham aptidão com a correção de sua acidez e sua adubação, as culturas instalam-se e se fixam. Diminuiu-se aquele caráter migratório.

ESTADO DE SÃO PAULO: ÁREAS OCUPADAS COM AS PRINCIPAIS LAVOURAS E PASTAGENS
(MIL HECTARES)

LAVOURAS	2000/01 (1)	2005/06	2009/10	2014/15 (3)	VAR (3 - 1)
Cana	2.485	2.952	4.104	4.687	2.202
Café	250	223	192	212	-38
Laranja	643	659	608	471	-172
Milho	1.122	1.034	879	825	-297
Soja	527	691	572	758	231
Subtotal	**5.027**	**5.559**	**6.355**	**6.953**	**1.926**
Pastagem	**10.322**	**10.010**	**7.856**	**6.698**	**- 3.624**
Total	**15.349**	**15.569**	**14.211**	**13.651**	**- 1.698**

Fonte: IEA/SAA/LUPA; Conab

ESTADO DE SÃO PAULO: PLANTEL, SUÍNOS E DE FRANGO

ANO	PASTAGEM	BOVINO				SUÍNOS	FRANGO DE CORTE	AVE DE POSTURA
		TOTAL	MISTO	LEITE	CORTE			
2006	9.706	13.755	4.649	1.735	7.371	1.570	128.455	41.539
2008	8.355	11.985	4.250	1.402	6.333	1.389	129.044	42.203
2010	7.810	11.373	4.227	1.202	5.944	1.285	148.300	48.880
2012	7.371	11.076	3.782	1.348	5.946	1.256	141.100	48.422
2014	6.698	10.233	3.266	1.273	5.694	1.245	151.221	47.529

Fonte: IEA/SAA

Entre 1990 e 2000, a área de pastagem no Estado esteve estabilizada em torno de 11,0 milhões de hectares. As pastagens da região oeste, que correspondiam, então, a quase dois terços, diminuíram em 30% de 2000 a 2010. Nessa década, houve uma perda de seu espaço em todas as partes do território paulista, principalmente para cana. Geograficamente, enquanto a pecuária de corte ficou concentrada no oeste do Estado, a pecuária leiteira deslocou-se mais para as suas partes central e leste.

Na condição de grande polo consumidor, com parques frigoríficos modernos e portos para a exportação de seus produtos, a pecuária de corte segue consolidada no Estado, com uma quantidade abatida de 3,5 milhões de animais por ano.

Cercados de terras mais caras e da concorrência de outras atividades, as áreas de pastagem e o tamanho dos rebanhos estão em franco declínio nos últimos anos. Com isso, a atividade tende a intensificar os processos produtivos nas propriedades, apesar da adesão ao boi a pasto ser ainda arraigada. De qualquer forma, nessa caminhada, a importação de animais de outros Estados para a engorda em sistemas confinados constitui uma prática cada vez mais frequente.

Na bovinocultura de leite, o leite longa vida ou UHT (*Ultra High Temperature*) auferiu participação crescente no mercado consumidor. Em consequência, a produção pasteurizada (resfriada), voltada para as entregas locais, típica da realidade estadual, perdeu peso. Paralelamente, os laticínios ampliaram sobremaneira a escala de produção, de quatro a cinco vezes, com capacidade de processamento diário na casa de 1 milhão de litros. Já as fazendas ficaram mais tecnificadas, com plantéis especializados, ordenha mecanizada e alta produtividade. Nesse contexto de mudança, as bacias leiteiras de outros Estados passaram, também, a atender o déficit do Estado, que consome o triplo da sua produção estagnada entre 1,9 milhão de litros e 2,0 bilhões.

Integração de grãos e carnes

A suinocultura é formada por criadores independentes, cuja produção é destinada a pequenos e médios frigoríficos para abate e comercialização de produtos *in natura* dirigidos aos mercados locais e regionais. De forma mais segmentada, também existe a participação dos fabricantes de embutidos tradicionais com qualidade diferenciada.

Em termos nacionais, a produção suinícola estadual representa apenas 5% do mercado brasileiro e atende um quarto da sua demanda. O custo de produção do animal enfrenta dificuldade em relação ao preço da ração, principalmente de milho, além da baixa escala. Depois de queda pronunciada no tamanho do rebanho a partir de 2010, houve uma relativa estabilização nos anos recentes.

Na avicultura de corte, predominam as pequenas e médias empresas de origem familiar, com abate diário de 50 mil aves a 250 mil. No Brasil, este segmento corresponde a um quarto do abate e da produção, excluídos os grandes grupos e as cooperativas. O Estado é o terceiro no *ranking* nacional, com 1,5 milhão de toneladas por ano, atrás do Paraná e de Santa Catarina. O seu consumo anual é bem maior, de 2,4 milhões.

Em relação à avicultura de postura, o Estado tem a maior produção de ovos no País, com participação de quase dois terços na produção brasileira. A manutenção desta liderança exige competitividade da cadeia produtiva. Junto com a gestão profissional,

tem-se a escala da produção e os aprimoramentos genético, nutricional e sanitário dos plantéis. Com galpões dotados de adequações climáticas, segue o processo, de abate, classificação, embalagem e transporte. Muitas unidades ainda precisam de estímulos e apoio para galgar esse estágio tecnológico.

Quando se analisa as produções de suínos e de aves de corte e postura, um dos pontos que mais pesa na planilha de custo é o da despesa com ração. No caso da disponibilidade de milho, o Estado produz somente 60% do seu consumo. Há, portanto, uma significativa pressão nos seus custos. Este déficit na oferta, aliás, também é um sério problema para a região Sul, onde se concentram estas criações. O equilíbrio, que existia no passado, na integração de grãos (milho e soja) e carnes deixou de existir. O seu resgate pode ser tomado mediante estratégias entre os próprios agentes envolvidos, via contratos, ou com o apoio de políticas públicas.

Outro ponto que merece um tratamento especial diz respeito ao papel importante dos estabelecimentos agroindustriais do Estado na recepção da produção agropecuária. Trata-se de uma rede constituída de 592 pontos de recepção e processamento das mais diferentes matérias-primas do setor primário. Entender e desobstruir os gargalos existentes nesses elos ajudará a dar ligação e construir importantes cadeias produtivas no âmbito estadual. A infraestrutura e a logística existentes facilitam a execução desse plano que traça uma extensa capilaridade.

ESTADO DE SÃO PAULO: ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS
(2015)

CATEGORIA	QUANTIDADE
1. Carnes e derivados	307
2. Leite e derivados	177
3. Ovos e derivados	40
4. Pescados e derivados	32
5. Mel e derivados	35
6. Produtos não comestíveis	1
Total	**592**

Fonte: SAA

Dinâmica no mapa da agropecuária

Mesmo com a fronteira agropecuária preenchida, diversos fatores interferem no mercado de terras do Estado. As pressões não são somente de ordem produtiva, mas de ajustamento às normas ambientais e relativas à marcha expansiva da urbanização.

ISTOCKPHOTO



Tanto é assim que, como visto, os últimos Censos Agropecuários do IBGE mostram diminuição nas áreas das propriedades rurais. Esta tendência pode diminuir de ritmo, mas dificilmente irá se reverter.

Buscar alternativas tecnológicas para conquistar ganhos de produtividade e melhorar o retorno econômico dos investimentos sempre será uma resposta racional para poupar terra. Se isso for suficiente, haverá um barateamento nas glebas; caso contrário, haverá um encarecimento. A segunda colocação parece bem mais plausível para a condição paulista.

Descontadas as ocupações com as grandes lavouras, as pastagens, o reflorestamento e as hortaliças, diante do espaço estimado para a ampliação horizontal da agropecuária, sobram 1.970 hectares. Mesmo que venha ocorrer mais redução das pastagens, poder-se-á assistir a um incremento de novas áreas, com práticas e técnicas mais produtivas (adensamento, genética, insumos modernos, mecanização, automação etc.).

ESTADO DE SÃO PAULO: OCUPAÇÕES AGROPECUÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO	MIL HECTARES
Grandes lavouras	8.530
Pastagens	6.700
Reflorestamento	1.300
Hortaliças	400
Outras	1.970
Agropecuária	**18.900**

Fonte: IEA/SAA/LUPA; Conab

Diante desse cenário, os rearranjos produtivos sofrerão forte influência em função da capacidade produtiva e do retorno econômico das atividades agropecuárias. Será um palco para receber os resultados da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação. Nesse processo, a manutenção de um imóvel rural certamente não terá sustentação sob o conceito da reserva de valor.

Quando se analisa a distribuição geográfica da produção agropecuária brasileira, o *ranking* dos Estados brasileiros quanto ao Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária é um indicador importante dos principais produtos estaduais. Com base em 2012, há um estudo que leva em conta um conjunto de 72 produtos, em quatro grupos de produtos: frutas (23), grãos (16), produtos animais (9) e outros produtos (24)*.

Além de aparecer na liderança em dezesseis produtos, o Estado de São Paulo possui destaque em pelo menos outros quinze. Existem outros não listados que poderiam ser citados. Em termos de País, foi o Estado de maior VBP da agropecuária. Isso é uma demonstração da pujança e do potencial existentes na sua economia rural. É a fonte para o desenvolvimento de uma gama formidável de cadeias produtivas, com geração de renda, emprego e uma série de benefícios indiretos. ■

* TSUNECHIRO A.; MIURA, M. *Valor da Produção Agropecuária: a geografia da agricultura e da pecuária brasileira em 2012*. Instituto de Economia Agrícola, Análises e Indicadores do Agronegócio, v. 9, n. 12, dezembro de 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO: PRODUTOS QUANTO AO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) DA AGROPECUÁRIA NACIONAL

PRODUTOS DE LIDERANÇA			
Abacate	Chá-da-índia	Ovos de codorna	Tomate de mesa
Amendoim	Figo	Seringueira	Urucum
Banana	Laranja	Tangerina	
Cana-de-açúcar	Limão	Palmito	
Caqui	Ovos de galinha	Pêssego	

PRODUTOS NO *TOP RANKING**			
Abacaxi	Cebola	Manga	Pêssego
Amendoim	Carne	Mel	Pera
Bovino	Feijão	Melancia	Soja
Café	Frango	Milho	Trigo

* Entre os cinco principais Estados produtores

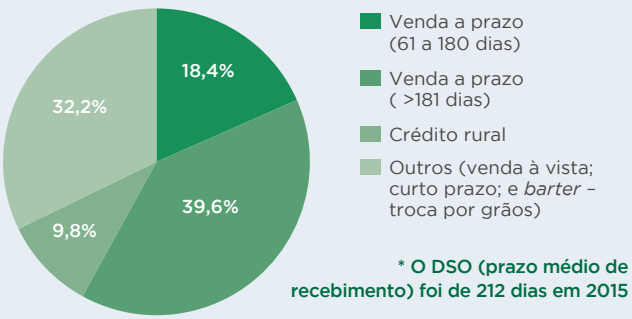

GENTE
QUE
COOPERA
CRESCE.
SICREDI
Um mundo melhor
a gente faz junto
Quem é do campo sabe a importância
de cooperar. Por isso, o Sicredi se orgulha
de estar sempre ao lado dos produtores rurais,
com atendimento personalizado e produtos
financeiros sob medida para suas necessidades.
Foi assim que nos tornamos a 3ª maior instituição
financeira em crédito rural no Brasil*, e é assim
que fazemos um mundo melhor, juntos.
Conte com um parceiro forte para fazer
o seu agronegócio crescer.
Vem pro Sicredi.
*Ranking Especial Melhores e Maiores 2015, da revista Exame.
SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.
morya

BALANÇO 2015

SETOR DE AGROQUÍMICOS CONFIRMA QUEDA DE VENDAS

Seguindo as previsões divulgadas em dezembro do ano passado, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG) confirma a queda de vendas de defensivos agrícolas em 2015. O balanço oficial anual do setor registrou redução de 21,56% em relação a 2014, totalizando US$ 9,6 bilhões.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VENDAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS



* O DSO (prazo médio de recebimento) foi de 212 dias em 2015

Fonte: Pesquisa Delloitte

Segundo dados da Kleffmann, a queda do setor no Brasil contribuiu muito para a redução do mercado global, que registrou queda de 9,8%, totalizando US$ 54,6 bilhões. É o primeiro ano em que o mercado global cai nesta década e põe fim a um período de crescimento de cinco anos.

No Brasil, dentre os motivos já apresentados para essa realidade, estão a desvalorização do real, o contrabando, que já atinge níveis expressivos, e a dificuldade de obtenção de linhas de crédito rural por parte dos agricultores, que afeta o fluxo de compra dos mesmos e leva ao aumento dos estoques da indústria e dos canais de distribuição.

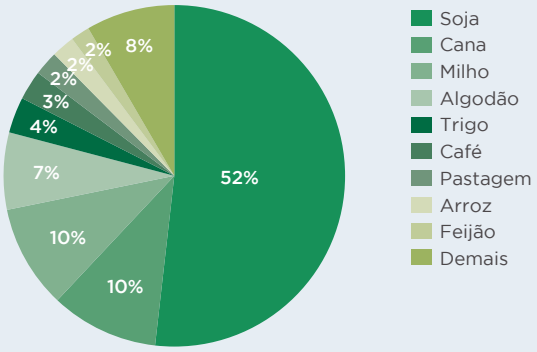
"A questão do crédito e a inadimplência no campo preocupam o setor significativamente. Por conta dessa condição, a indústria acaba financiando quase 70% das vendas aos agricultores", comenta Silvia Fagnani, vice-presidente executiva do SINDIVEG.

VENDAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS POR CLASSE
(2011-2015)

CATEGORIA	VALOR (US$ MILHÕES)					VARIAÇÃO PERCENTUAL			
	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2011	2015/2012	2015/2013	2015/2014
Total	**8.488**	**9.710**	**11.454**	**12.249**	**9.608**	**13,20**	**-1,05**	**-16,12**	**-21,56**
Inseticidas	2.945	3.607	4.554	4.893	3.171	7,67	-12,09	-30,37	-35,19
Herbicidas	2.743	3.135	3.739	3.903	3.086	12,50	-1,56	-17,46	-20,93
Outros	375	398	450	429	347	-7,47	-12,81	-22,89	-19,11
Acaricidas	110	101	119	117	103	-6,36	1,98	-13,45	-11,97
Fungicidas	2.315	2.469	2.592	2.907	2.901	25,31	17,50	11,92	-0,21

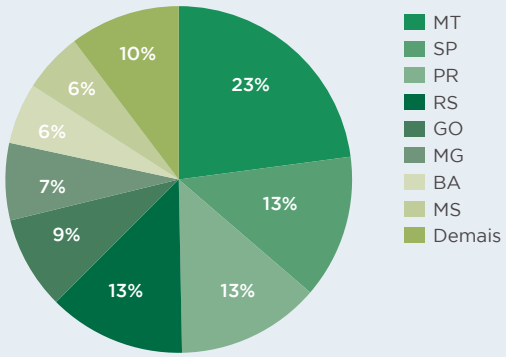
Fonte: SINDIVEG

VENDAS: PRINCIPAIS CULTURAS
(2015)



Fonte: SINDIVEG

VENDAS: PRINCIPAIS ESTADOS
(2015)



Fonte: SINDIVEG

CLASSES DE PRODUTO

Os inseticidas continuam sendo a classe mais comercializada, porém, em 2015, apresentaram redução percentual de 35,2% nas vendas. Apesar da demanda crescente do uso destes produtos em tratamento de sementes e no campo – devido ao número crescente de pragas –, o mercado de agroquímicos como um todo está perdendo para a comercialização ilegal de produtos. Estudos atuais apontam que o contrabando pode atingir até 20% das vendas de defensivos agrícolas no Brasil.

Como exemplo desse grande descontrole do comércio ilegal na região, em 2014, o Paraguai importou US$ 110 milhões excedentes à necessidade interna de **benzoato de emamectina**, **inseticida** registrado em caráter emergencial para combate à praga *Helicoverpa armigera*. Este excedente foi provavelmente todo destinado ao mercado brasileiro informalmente, sem registros de agrotóxico nem regularização das importações.

"A ilegalidade no mercado é um grande problema do setor, não somente pelas questões econômicas impactadas pela atividade irregular, mas, sobretudo, pela questão de segurança alimentar da população e pelo risco de contaminação do meio ambiente. Desconhecemos a segurança desses produtos no campo e, por consequência, na mesa da população, uma vez que não passam pelo crivo das autoridades regulatórias", completa Fagnani.

Vendas por estado e cultura: as vendas por estado continuam sendo lideradas pelo Mato Grosso, seguido por São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. São Paulo teve sua participação aumentada devido à recuperação das lavouras de cana-de-açúcar, café e cítrus.

Importações: a indústria, que trabalha com 80% de insumos importados, teve dificuldades em repassar o aumento de custos aos preços e perdeu em receita. "A desvalorização cambial ocorrida no ano, em torno de 50%, trouxe um forte impacto na rentabilidade das empresas, as quais não conseguiram repassar esta desvalorização para o campo", comenta a vice-presidente executiva. O volume total das importações de defensivos agrícolas em 2015 apresentou queda de 6,10% em relação ao ano anterior, atingindo 392.526 toneladas. ■



ISTOCKPHOTO

DIVERSIFICAÇÃO NO FINANCIAMENTO DO CAMPO

cetip 30 Anos

O Brasil está entre os maiores produtores agrícolas no mundo. Para continuar desenvolvendo o setor e custear as próximas safras, é necessário financiamento. As fontes mais acessadas para esta finalidade são os recursos obrigatórios, seguidos por programas do Governo (inclusive do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e empréstimos bancários.

O mercado de capitais é o que ficará, entretanto, com a capacidade de suprir o crescimento da demanda e que se apresenta como um instrumento adicional para a obtenção de recursos. "Ele está atrelado ao desenvolvimento do País, já que possibilita captações de longo prazo, que podem ser direcionadas a novos projetos e investimentos", explica Carlos Ratto, diretor executivo Comercial, de Produtos, Marketing e Comunicação da Cetip. "Essa fonte de financiamento é ainda mais relevante em nosso cenário atual de alta do dólar, que dificulta a obtenção de recursos no exterior. Também é relevante dada a mudança do papel do BNDES em nossa economia", completa.

Soma-se a esse cenário o fato de que recursos obrigatórios podem diminuir. "É arriscado depender deles como principal fonte de financiamento, pois são provenientes do dinheiro parado na conta-corrente. E, com a procura por investimentos, a tendência é que esse saldo diminua", afirma Ratto.

Criados pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, os títulos do agronegócio ganharam destaque nesses últimos anos. São instrumentos que incentivam o direcionamento de recursos de investidores para o segmento.

Segundo a Cetip, maior depositária de títulos privados de renda fixa da América Latina e a maior câmara de ativos privados do País, tivemos um avanço significativo no uso desses papéis. O Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) é o veículo de financiamento que mais ganhou destaque no ano passado. O estoque desses títulos na Cetip aumentou mais de R$ 4 bilhões em 2015. "Para a companhia que capta recursos, é uma forma de acesso a capital de longo prazo a um custo vantajoso. Para os investidores, a isenção de Imposto de Renda (IR) é um grande atrativo. Com tais condições favoráveis, temos visto um aumento do número de operações", explica o executivo da Cetip. ■

OPINIÃO PÚBLICA

A CIÊNCIA SOB ATAQUE

ANTONIO CARLOS MOREIRA

Jornalista, pós-graduado em Economia de Empresas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas associada à Universidade de São Paulo (Fipe-USP) e em Derivativos e Informações Econômico-Financeiras pela Fundação Instituto de Administração também associada à USP (FIA-USP) e gerente de Comunicação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

NOS ESTADOS Unidos, cresce o movimento que reúne casais jovens, políticos e celebridades que alegam convicções religiosas ou pessoais e se recusam a vacinar os filhos. Famílias que não seguem este dogma sofrem as consequências, segundo a PBS, rede de apoio à educação[1]. Há cinco anos, por exemplo, sob um surto de vírus do sarampo na Flórida, as autoridades não convenceram muitos pais sobre a importância da vacina para evitar sua propagação; em 2015, a doença atingiu dezessete estados.

Essa reação sem sentido a medicamentos desenvolvidos por anos em laboratórios e aprovados como avanços da Medicina por instituições internacionais de saúde exemplifica bem a reportagem de capa da revista National Geographic em março de 2015, sob o título "The war on Science".

A aversão à Ciência obedece ao diáfano culto ao "natural", enquanto se horripila diante da palavra "química". Alimentos orgânicos são um dos pratos prediletos da militância naturalista, porém estudos como o da Agência de Padrões de Alimentos, do governo da Inglaterra[2], afirmam que não há diferenças na qualidade entre o alimento orgânico e o convencional – que usa defensivos agrícolas no combate às pragas.

O desafio é entender como as pessoas decidem quanto ao que acreditam e por que, muitas vezes, não aceitam um conhecimento científico. Dan Kahan, da Universidade Yale, aponta uma razão: ouviu 1.540 entrevistados sobre as ameaças, em escala de zero a dez, das mudanças climáticas; aqueles com melhor formação acadêmica atribuíram mais notas nas extremidades do espectro, zero e dez. "Na verdade, elas usam o conhecimento para reforçar suas crenças e ideologias", conclui Kahan.

Some-se a isso a ausência de conhecimento sobre os temas e o ativismo potencializado pela aldeia da internet. Esse caldo de cultura suscitava em Umberto Eco, que acaba de deixar o conclave dos maiores pensadores modernos, uma análise cáustica sobre a rede virtual. Dizia o escritor italiano: "O problema é que os imbecis, antes, falavam apenas no boteco, tomando uma taça de vinho, e não prejudicavam a humanidade".

Um exemplo brasileiro que ilustra a guerra à Ciência via redes sociais ocorreu no dia 25 de fevereiro último. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) finalizava consulta pública sobre um agroquímico utilizado pelos produtores rurais no combate a uma virulenta praga. Poucas horas antes de encerrar o prazo para manifestações no site da Agência, havia menos de 400 inscrições a favor de sua retirada do mercado e 1.670 pedidos, a maioria de agricultores, favoráveis ao seu uso. Então, a apresentadora de TV Bela Gil, certamente orientada por ativistas notórios contra o agronegócio, convocou seus seguidores no Facebook a votarem pelo banimento do defensivo agrícola; nos minutos finais, o site da Anvisa estava abarrotado por manifestações contrárias, resultando em 69% de vetos ao agroquímico. Pode-se imaginar o conhecimento quase nulo da apresentadora de TV e de seus seguidores sobre a Ciência Agronômica, mas importa saber, sim, como a Anvisa julgará: se à luz da Ciência ou se influenciada pela militância virtual. ■

[1] http://www.pbs.org/wgbh/frontline/film/vaccines/

[2] http://ajcn.nutrition.org/content/early/2009/07/29/ajcn.2009.28041.short

DIÁRIO DE BORDO

AINDA NA LIDERANÇA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

OS DADOS do IBGE sobre o crescimento do PIB em 2015 repetem o que vem ocorrendo em anos anteriores: a agropecuária e o agronegócio continuam sustentando a economia brasileira.

No ano passado, como é sabido, o PIB brasileiro caiu 3,8%, a maior queda em 25 anos. Mesmo diante de um quadro negativo como este, a agropecuária cresceu 1,8%, compensando as fortes perdas da indústria (com menos 6,2%) e até do setor de serviços (que diminuiu 2,7%).

Se fizermos uma análise do que aconteceu nos últimos quinze anos, desde o ano 2000, os números são parecidos. O PIB teve um crescimento médio de 2,8%, enquanto o da agropecuária foi de 3,7%. Tanto a indústria quanto os serviços também tiveram avanços positivos: a média do crescimento industrial no período foi de 2,0%, enquanto a dos serviços chegou a 3,0%, mas a da agropecuária superou ambos.



O setor industrial vinha sofrendo perdas já há alguns anos, mas não os serviços, que vinham de sucessivos crescimentos desde o ano 2000. O desastre de 2015 foi o primeiro nesse tempo todo, mostrando que a recessão realmente afetou todo mundo. E há outros dados estatísticos provando isso: as despesas de consumo das famílias caíram 4,0% no ano passado em relação ao anterior. Mas, o número que mais chama a atenção é o que trata da Formação Bruta de Capital Fixo, que despencou 14,1% em relação a 2014! A importação de bens e serviços também caiu 14,3%, mas as exportações deste item cresceram 6,1%.

Aliás, nesse tema – comércio internacional –, o agronegócio, mais uma vez, teve destaque e relevância. Cerca de 46% das exportações em 2015 foram deste dinâmico setor, um pequeno crescimento sobre 2014. E, depois de 2014, com saldo comercial total negativo, tivemos um bom saldo positivo, da ordem de US$ 19,7 bilhões, muito mais por causa da vigorosa queda das importações em função da valorização do dólar. Mas, o saldo comercial do agronegócio, apesar dessa questão cambial e da queda de preços em dólares de diversas *commodities*, foi de US$ 75 bilhões, salvando mais uma vez o País de um vergonhoso déficit comercial.

E esse cenário continua em 2016, a julgar pelos números de fevereiro passado e do primeiro bimestre. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), os embarques do agro em fevereiro foram da ordem de US$ 6,71 bilhões, o que correspondeu a 36,9% a mais do que fevereiro do ano passado! Três produtos foram os principais responsáveis por este expressivo crescimento: soja e derivados (principalmente farelo), açúcar e álcool (em função de importante aumento nos preços internacionais do açúcar) e cereais, com ênfase para o milho. No caso do açúcar, o aumento foi de 123% sobre 2015, e, no caso dos cereais, ainda mais: 180%!

Com esses bons números de fevereiro, as exportações totais do agronegócio no primeiro bimestre deste ano cresceram quase 11% sobre o mesmo período do ano passado.

Tudo indica, portanto, que, em um ano com grave recessão como a que está anunciada para 2016, o agro continuará a desempenhar seu histórico papel de sustentáculo do nosso saldo comercial, dependendo apenas de uma variável extremamente volátil, que é o câmbio, sempre imprevisível – talvez apenas mais previsível do que a política nacional! ■

PRODUZIR

IMPLEMENTAR METAS DO CLIMA VAI VALORIZAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

MARCELO VIEIRA
Vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O DESENVOLVIMENTO da agricultura brasileira no século XX foi direcionado por políticas para a ocupação de um vasto território desabitado. A titulação de terras públicas cedidas a projetos nessas regiões de fronteira requeria o desmatamento da área – até mesmo o desmatamento total em algumas regiões para limitar o risco de doenças como a malária. A meta era a abertura de novas regiões, sem grande preocupação com a produção a ser alcançada.

Esse fator e uma longa história de má gestão da economia do País retardaram uma agricultura eficiente. Os proprietários tendiam a utilizar esses ativos como reserva de capital e da maneira menos complexa possível, que era a pecuária extensiva, demandante de pouca mão de obra e baixo investimento.

Até os anos 90, as exportações de *commodities* agrícolas eram sujeitas a altas taxas, pois o café e o açúcar eram a principal fonte de moeda estrangeira na economia brasileira, o que desincentivava a produção agrícola voltada ao mercado internacional. Esses mercados foram desregulamentados, e a adoção de novas tecnologias para a produção de grãos no ambiente tropical acelerou sua produção. O Brasil passou, assim, de importador de alimentos a um dos principais supridores do mercado mundial de *commodities*.

A adoção pela agricultura da abrangente legislação trabalhista brasileira significou outra evolução nas últimas décadas do século XX. Ela garante aos trabalhadores agrícolas brasileiros, hoje, um dos melhores padrões na agricultura mundial.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento e a adoção de uma complexa legislação ambiental passaram a requerer de agricultores a manutenção de Áreas de Preservação Permanente e de áreas de Reserva Legal – 80% das propriedades na Amazônia, 35% nas regiões de transição e 20% no restante do País. O Código Florestal levou a uma rápida redução do desmatamento na maioria das regiões agrícolas. Na Amazônia, houve uma redução de mais de 80% de desmatamento.

Desta forma, as legislações trabalhista e ambiental levam a agricultura brasileira a ter um dos melhores padrões de sustentabilidade do mercado mundial. Mesmo com o desmatamento, o País ainda tem 62% de seu território cobertos com a vegetação original.

A contribuição brasileira ao acordo do clima, boa parte sob responsabilidade do nosso agronegócio, será implementar o Código Florestal, restaurar 12 milhões de hectares de florestas e 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, implementar 5 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária-floresta, além de realizar importante expansão da produção de biocombustíveis e energia elétrica de biomassa.

Essa transição demandará grandes investimentos em transformação do uso de terra, o que requer melhor acesso ao mercado internacional para nossa produção de alimentos e reconhecimento pelo mercado do valor desses padrões de sustentabilidade. A imagem do agro brasileiro, um dos mais eficientes e ambientalmente responsáveis do Planeta, está defasada. E o nosso agronegócio é essencial para atender a crescente demanda por alimentos de qualidade da população de mercados emergentes em regiões onde a produção de alimentos está limitada por falta de recursos naturais. ■



OPINIÃO

O AVANÇO DOS "BIOLÓGICOS"

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O USO de componentes biológicos na formulação de defensivos ou de fertilizantes cresce significativamente. Responde a uma demanda da sociedade de restringir e ampliar o cuidado no manuseio e na utilização dos componentes químicos e, também, pelo avanço significativo da pesquisa no setor.

O controle biológico cresce com taxas de 15/20% ao ano. Novas empresas, inclusive multinacionais da indústria agroquímica, começam a olhar com mais atenção para o setor. Além disso, companhias estrangeiras têm investido na compra de brasileiras. Mas, é preciso atenção e cuidado. É vital oferecer um produto de qualidade.

Nos últimos anos, pelo menos quatro empresas brasileiras de controle biológico trocaram de mãos, de olho na grande escala de produção da nossa agricultura. Considerado o futuro celeiro do mundo, o Brasil é campo fértil para a comercialização de insumos para produção agrícola e necessita ter compromisso permanente com a inovação.



Nesse sentido, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) realizou preciosa iniciativa, a partir de nossa solicitação, com o *workshop* "Desafios da Pesquisa em Controle Biológico na Agricultura no Estado de São Paulo". Foi um ótimo momento para discutir perspectivas e avanços. A pesquisa e a inovação tecnológica surgem como questões determinantes nesse processo.

Mas, como todo produto, os de controle biológico também devem ter sua produção e seu comércio fiscalizados. Às vezes, no ímpeto de tentar introduzir uma nova tecnologia, pode-se oferecer materiais de empresas que não tenham a indispensável idoneidade. E o controle biológico pode cair em descrédito.

A cultura do uso do produto químico é difícil de mudar. Porém, principalmente depois do aparecimento da lagarta *Helicoverpa armigera*, o produtor passou a mudar um pouco sua cabeça. Ele já aceita mais as novidades, e, por isso, é um momento propício para o controle biológico.

O preço também entra em jogo, e o produtor pode imaginar que sempre o biológico tem que ser mais barato do que o químico. Mas, isso não é uma realidade. De modo geral, hoje, ainda se busca um produto mais barato, mas é preciso ver que, além do controle, com o biológico há as vantagens ambientais e sociais.

Ninguém fará uma agricultura sustentável porque é amante do meio ambiente. Mas, é essencial certa coerência. Alia-se a isso o fato de que, hoje em dia, a população está mais cônscia da responsabilidade de conseguir produtos melhores e saudáveis. Ela cobra isso, e as empresas estão sintonizadas com esta cobrança.

No Instituto Biológico, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, estamos fazendo nossa parte ao fomentar essa inovação, pesquisar e gerar alternativas.

Já estamos produzindo, em Arujá, ácaros predadores. Exportaremos nosso *know-how* de fabricação de agentes biocontroladores para a Bolívia usar em sua plantação de soja, em Santa Cruz de la Sierra. Para isso, fomentamos o uso do controle biológico da cigarrinha-da-cana-de-açúcar. Sobre tal iniciativa, pode-se ver mais no seguinte link: http://www.arnaldojardim.com.br/versao2010/informativo.

A adoção de "biológicos" veio para ficar, mas tudo deve ser feito com esmero, sabendo-se que, como na natureza, tudo tem seu ritmo adequado e seu tempo certo. ■

REFLEXÃO

VENTO LESTE

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Quando o vento está no leste, isto não é bom para o homem nem para os animais.

Charles H. Spurgeon, Sermão nº 1.693

Na mitologia grega, os ventos eram comandados pelo deus Éolo. Dos quatro grandes ventos, o vento leste era o criador das tempestades. Nas mais variadas versões, religiosas ou não, a questão do vento leste é de resignação: "Não adianta discutir com o inevitável. O único argumento disponível contra o vento do leste é vestir o sobretudo"[1].

No Brasil, desde as eleições presidenciais de 2014, sopra o vento do leste, com grandes tempestades e inseguranças. As negras nuvens no horizonte foram vistas da maior parte das regiões brasileiras, carregando nossos medos e despertando ansiedades. A verdade é que, em momentos assim, os telhados não suportam as chuvas, as ondas do mar se tornam gigantescas e governantes e navegadores competentes fazem toda a diferença.

Os primeiros sinais de ventos fortes foram as aventuras macroeconômicas a partir do segundo mandato do governo Lula. Agora, essa crise que o País atravessa é fruto da aventura econômica com as desventuras da política, em um cenário da mais complexa rede de corrupção já vista no Brasil, quiçá no mundo.

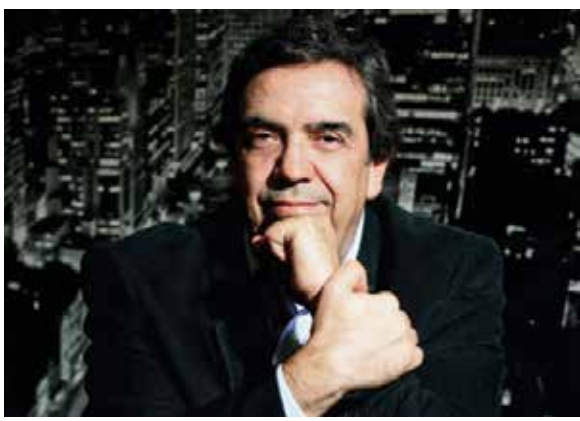
A indignação da ética, na esteira das instituições que se mostram hígidas, encontra eco nos brasileiros que cumprem seu papel na sociedade. Não há ricos ou pobres envergonhados, mas todos ruborizados pelos testemunhos das delações premiadas ou pelos áudios das gravações divulgadas pela Polícia Federal. São verdadeiros tapas nos rostos dos que querem fazer do Brasil um país próspero, decente e feliz.

Os índices macroeconômicos vão derretendo ao vento do leste, o Executivo é isolado, o Legislativo tenta livrar-se do fracasso, e o Judiciário mostra-se como a grande surpresa e aquele que nos dá esperança. Como um sonho do homem acordado, segundo Aristóteles, a esperança alimenta a alma, permite-nos sonhar nas asas da crença por dias melhores, como uma recompensa pelo bem realizado. Mas, o vento vindo do leste desperta as serpentes, faz trepidar as árvores e aumenta o volume das águas, alagando, desnorteando e trazendo sofrimento.

O agronegócio produtivo padece com os riscos do clima, tem os custos aumentados e enfrenta a volatilidade dos preços dos seus produtos. Sofre demasiadamente com a falta de crédito, com o custo Brasil, mas, principalmente, com a falta de confiança. A resposta deste setor, que segura a barra da balança comercial brasileira, é não fugir daquilo que faz dele o alicerce do equilíbrio deste País.

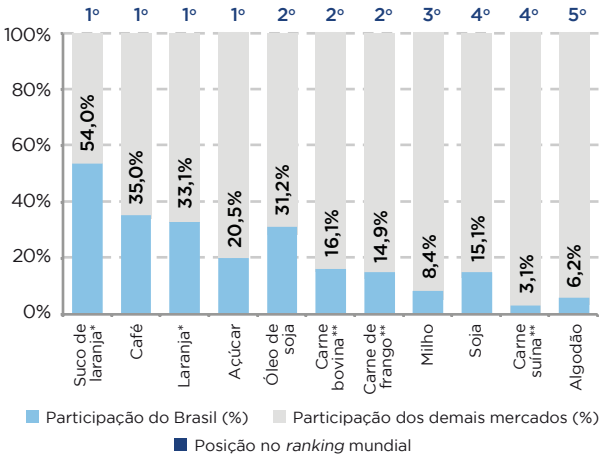
A elevada colheita de grãos no Brasil com safras o ano todo mostra a resiliência do agronegócio, que sobrevive às intempéries do vento leste, que insiste em ficar aqui, desde janeiro de 2015. Porém, em 13 de março recente, vimos o cinza das nuvens dominantes ceder espaço ao sol, que iluminou as ruas do Brasil com milhões de brasileiros cantando o Hino Nacional e pronunciando palavras de ordem, um sinal claro de insatisfação e luta pelo Estado democrático de direito. Afinal, a esperança é a única coisa mais forte do que o medo, e é sempre bom lembrar que, depois da tempestade, vem a bonança. ■

1 Citação de James Russell Lowell, romancista norte-americano.



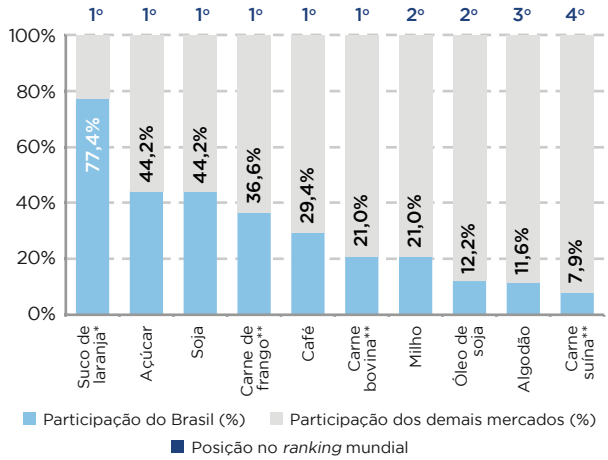
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



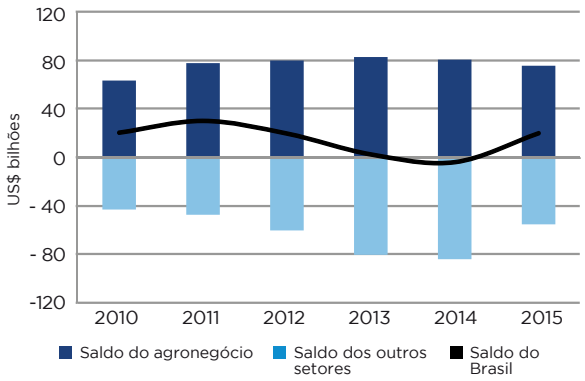
* 2013/14; ** 2015
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



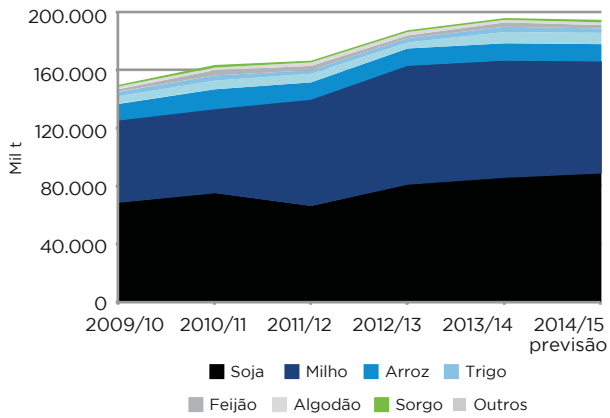
* 2013/14; ** 2015
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



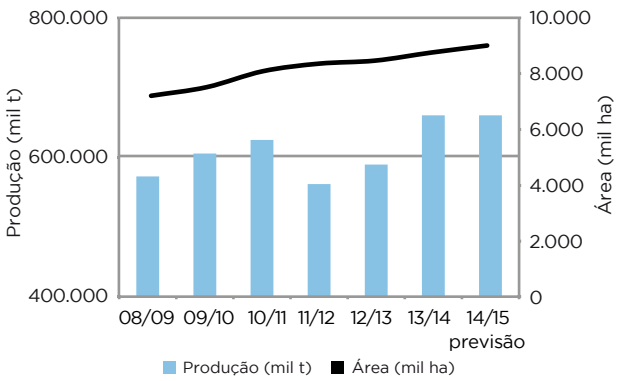
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



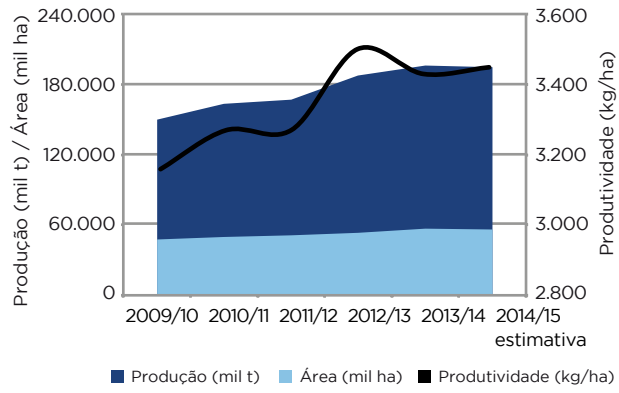
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab